

CASA



FLORIANÓPOLIS

centro de acolhimento e capacitação LGBTQIA+

CASA

FLORIANÓPOLIS

centro de acolhimento e capacitação LGBTQIA+

Rafael Soares Siciliani Nunes/14203301

Trabalho de Conclusão de Curso

Universidade Federal de Santa Catarina - CTC - Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Rodrigo Gonçalves dos Santos, Prof. Dr.

Banca Avaliadora: Maristela Moraes de Almeida, Profa. Dra. - Máira Longhinotti Felipe,

Profa. Dra. - Ayrton Portilho Bueno, Prof. Dr.

Cordenadora de Curso: Soraya Nór, Profa. Dra.

Florianópolis/SC

03 de dezembro de 2021



A todos aqueles que, infelizmente, tiveram que passar por situações mais duras que as minhas.

Agradecimentos

Agradecer, em palavras, sentimentos impossíveis de serem materializados é uma árdua tarefa, mas darei o melhor de mim para realizá-la.

Primeiro, preciso agradecer infinitamente minha mãe, Junia, pelo apoio incansável e a afirmação diária do seu amor. Sem você não seria metade de quem sou hoje, *merci beaucoup!*

Agradeço, também, meu incrível namorado Bruno, parceiro de todas as horas e meu porto-seguro. Sou extremamente grato pelo amigo e mentor Almir, outro porto-seguro em minha vida.

Muito obrigado a toda a minha família, em especial ao meu irmão Victor e avó Maria Inês, figuras indispensáveis em me manter são durante todos esses últimos meses, amo vocês!

Agradeço muito, também, àqueles que escolhi chamar de família: Beatriz, Cyrillo, Nina, Clara, Tomaz, Nathália, Camila e Sophia; obrigado por serem meu suporte mesmo quando eu não estava me suportando! Além disso, sou extremamente grato pela professora que tornou-se amiga, Eleonora.

Sou profundamente grato e orgulhoso de dividir a profissão com colegas-amigos Bruna, Guilherme, Beatriz e Venâncio, fundamentais para o meu sucesso na UFSC.

Agradeço meu(s) orientador(es), Gonça e Ayrton - figuras essenciais nesse rito de passagem e na minha construção profissional - e as professoras Maíra e Maristela, obrigado por estarem junto comigo nessa jornada!

Não deixo de lembrar e agradecer meu pai, Fábio, que mesmo não estando mais comigo se faz presente todos os dias da minha vida. E, por último, sou infinitamente grato ao Universo que me abençoou com tantas oportunidades e pessoas maravilhosas, e que sempre cuida de mim! *He loves you.*

Sumário

1. Introdução	05	12. Vista lateral	23
2. Justificativa	06	13. Perspectivas espaciais	24
3. Realidade em Florianópolis	07	Casa de Acolhimento	24
4. O exemplo da Casa 1	07	Centro Cultural	25
5. Estruturação	08	Centro de Saúde	26
6. Diretrizes e Estratégias	09	Pergolado - Arquibancada	27
7. Proposta	10	Circulação	28
7.1. Levantamento do terreno	10	14. Bibliografia	29
7.2. Justificativa da escolha do terreno	11		
7.3. Normativas do Plano Diretor	11		
8. Inspirações projetuais	12		
9. Programa de necessidades	13		
10. Projeto	14		
10.1. Partido arquitetônico	14		
10.2. Partido arquitetônico paisagístico final	15		
10.3. Fluxos e conversões	16		
11. Ambiências	17		
11.1. Casa de Acolhimento	18		
11.2. Centro Cultural	19		
11.3. Centro de Saúde	20		
11.4. Pergolado - Arquibancada	21		
11.5. Riacho - Espelho D'água	22		

1. INTRODUÇÃO

Ao me deparar com o desafio final do curso de Arquitetura e Urbanismo, quis, desde o início, criar paralelos entre a minha história, minhas vivências no curso e experiências na cidade de Florianópolis, cidade que, desde que nasci, chamo de casa. Além disso, tive uma vontade muito forte em retribuir, de alguma forma, o tanto que a universidade pública me proporcionou ao longo dos anos de graduação (experiências, tanto duras quanto boas, que me tornaram quem sou hoje). Dessa forma, soube que gostaria de realizar algum trabalho no campo da Arquitetura - de materialidade construída - mas sem negligenciar a escala da cidade, que fosse de cunho social (logo eu, que debati duramente o enfoque no social durante diversas vezes no curso...) e que agregasse conhecimento à uma frente de atuação social que eu me identificasse, sem necessariamente tornar-se um manifesto, apenas uma contribuição honesta e despretensiosa de conhecimento aos que estão por vir.

De outro lado, sempre estive engajado às causas LGBTQIA+ desde a adolescência, seja por meio de vivências junto com amigos (conversas e mais conversas sobre o papel do gênero e da orientação sexual em nossas vidas, sobre preconceito, violência, privilégios,...) ou por participação (tanto financeira quanto de tempo) de grupos de apoio da causa na sociedade civil. Desta forma, tornou-se claro a temática, tão cara por mim, de escrever e projetar sobre centros de acolhimento LGBTQIA+.

O intuito do projeto da Casa Florianópolis é de auxiliar instituições privadas por todo o País na construção de ferramentas de saúde voltadas ao público LGBTQIA+, por meio

LGBTQIA+, por meio de insumo teórico e prático, afinal, os Centros de Acolhimento utilizados como exemplo ao longo de todo esse trabalho enxergaram alguma, ou algumas, deficiências no sistema único de saúde (SUS) e nas Secretarias de Assistência Social disponíveis a toda população brasileira. E é por intermédio da organização da sociedade civil - por fundings privados, como: "vaquinhas" online, contribuições de empresas, venda de produtos, entre outros - que realizam o nobre trabalho de acolher, reabilitar e capacitar pessoas LGBTQIA+ para reinserção social.

Portanto, abaixo encontra-se o trabalho de longos meses de pesquisa árdua, discussões, desenhos e projetos que, além disso, tomaram papel de terapia, de introspecção e de estudo de mim mesmo: de meu papel como cidadão, de revisão da minha história e da contribuição a um mundo que, acredito, possa ser mais justo e mais bonito.

2. JUSTIFICATIVA

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais ao redor do globo (oglobo.globo.com/ancelmo/post/brasil-fecha-2019-como-o-pais-com-mais-mortes-de-travestis-e-transexuais-revela-associacao em 26 de fevereiro 2019), cerca de 124 pessoas no ano de 2019. Em comparação, nos Estados Unidos, país com mais do dobro da população brasileira, foram assassinados, no mesmo período, 28 transexuais (WAREHAM, 2020).

Já o Grupo Gay da Bahia, em seu 'Relatório Anual de Mortes LGBTI+' de 2019 (MOTT; OLIVEIRA, 2020, p. 11), compilou 329 mortes de LGBTQIA+s ao longo do ano, na qual grande parte, 90,3%, são resultado da homotransfobia e outros 9,7% são por conta de suicídio. Os dados são alarmantes, afinal, a cada 26 horas um LGBTQIA+ é assassinado ou se suicida no País. Além dos trágicos números, o estudo também elenca dados preciosos sobre o perfil das vítimas, como: faixa etária (5,8% menores de 20 anos, 90,7% entre 20 e 50 anos, e 3,9% acima dos 50 anos de idade), orientação sexual (52,8% gays, 35,8% transexuais e 11,2% lésbicas ou bissexuais) e cor (equilibrados 50,2% de negros - pardos e pretos - contra 49,7% de brancos assassinados).

Os indivíduos que não fazem parte dos quantitativos acima mas que sofrem com a homotransfobia ao serem expulsos de casa, por conta da descoberta e a posterior não-aceitação dos familiares de sua orientação sexual/de gênero, muitas vezes, acabam sem moradia e sem oportunidade de conclusão do ensino formal, gerando uma não-capacitação para o mercado de trabalho e para a vida em comunidade. Diversos desses acabam, por falta de opção, se sujeitando a subempregos ou adentram o mundo das drogas e da prostituição. A associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) estima que 90% dos indivíduos trans no Brasil fazem parte do grupo de profissionais do sexo.

Desta forma, a proposta de uma casa de acolhimento e capacitação LGBTQIA+ vem para suprir uma necessidade já existente ao longo do tempo na sociedade e que não vêm sendo assistida de forma contundente e eficiente pelos órgãos governamentais responsáveis, afinal, as assustadoras estatísticas acima confirmam a realidade dura do grupo no País. Ademais, por conta dos sujeitos envolvidos, fica clara a sua especificidade psicológico-social de atendimento que, por outros meios de tratamento mais amplo de acolhimento via serviço social, não seriam atingidos.

A necessidade de um espaço específico para acolhimento e capacitação de LGBTQIA+ é uma questão de ocupação da cidade, afinal, nossas cidades são projetadas para "sujeitos tipos" (homem, branco, cisgênero, héterossexual, classe média, que locomove-se por automóvel e é proprietário de imóvel). Há uma enorme necessidade de pauta específica e preocupação projetual para pessoas que não se encaixam nesse modelo, afinal, são duras e limitantes as características desse sujeito tipo, fazendo com que a rua represente "em diversos momentos, um ambiente hostil aqueles que pertencem às minorias" (MULLER, 2018, p. 9).

O direito à cidade é o direito à moradia, o direito ao emprego, o direito à saúde. Segundo a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006, p. 02-03), esta é definida como:

"O Direito a Cidade é definido como o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização,

baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. (...) supõe a inclusão do direito ao trabalho em condições eqüitativas e satisfatórias; (...) de acesso à seguridade social e à saúde pública; de alimentação, vestuário e moradia adequados; (...) o direito à cultura e à informação; à participação política e ao acesso à justiça; o reconhecimento do direito de organização, reunião e manifestação; à segurança pública e à convivência pacífica. Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes."

Ademais, ao observarmos contextos como, especificamente, o da população transexual, são duras porém recorrentes as situações onde seus direitos de existência e subsistência em comunidade são feridos: seja pelo uso do Nome Social que não é atendido, por conta de vagas de trabalho escassas (tanto pela falta de qualificação - retrato dos efeitos do preconceito estrutural ao qual são submetidos - quanto pela falta de ações afirmativas ou por pura intolerância) e até mesmo durante sua permanência nas ruas, sempre passíveis de chacota ou, pior, violência. Essas ocorrências, e tantas outras, mais do que exemplificam o ferimento do direito à cidade a qual esses indivíduos são submetidos.

A realidade ao sair das ruas e adentrar os hospitais e clínicas de saúde - centros de excelência da ciência e da erudição por definição - não é diferente. A autora Berenice Bento, em seu 'A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual' (2006, Rio de Janeiro) discorre duras críticas sobre a realidade transexual no meio médico, onde o viés patologista ainda configura o indivíduo transgênero como portador de uma anormalidade, o "transexualismo". Mais além, Bento cunha o termo 'dispositivo da transexualidade' para a fixação da medicina em "resolver o problema" dos indivíduos trans e travestis, isso é, por meio de cirurgias e hormônios restabelecer o status quo, a heterossexualidade que foi perdida e ameaça os corpos conformantes.

Até por uma questão de proporção da população trans no Brasil, é factível afirmar a inviabilidade econômica da capacitação de todos os profissionais da rede pública de saúde para o atendimento de transexuais. A Rede Trans Brasil - ONG dedica à militância transexual no País -, através de seu estudo "A Geografia dos Corpos" (2019; Aracaju), afirma:

"O sistema único de saúde não possui profissionais suficientes para atender nem 30% da população trans deste país por falta do investimento necessário que essa política de saúde pública demanda."

Logo, torna-se mais do que justificada a existência de espaços especializados a essa população, garantindo não só o desafogamento do sistema de saúde público mas, principalmente, o tratamento correto e qualificado às especificidades das demandas transexuais - e não uma segregação desses sujeitos à espaços exclusivos.

Dessa forma, vai-se ao encontro do conceito defendido por Azevedo (2013, p. 10) de "equidade", onde cada sujeito teria acesso ao atendimento de saúde específico às suas necessidades, ao invés de "igualdade", o simples direito ao atendimento no sistema único de saúde pública geral.

Por isso, nas próximas seções, será debatida a realidade desses sujeitos não-conformantes na cidade de Florianópolis (palco de projeto da Casa Florianópolis) e ocorrerá a estruturação das estratégias, tanto conceituais quanto de projeto, para a prestação desse serviço ao público LGBTQIA+.

3. Realidade em Florianópolis

A partir de maio de 2016 foi instaurada, na cidade de Florianópolis, um conselho da prefeitura municipal intitulado "CMDLGBT: Conselho Municipal de Direitos LGBT", onde uma série de representantes públicos e da sociedade civil se unem para "participar da formulação de políticas públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Florianópolis e controle social" (<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cmdlgbt/index.php?cms=cmdlgbt&menu=0> acesso em 24 de fevereiro de 2021) de forma a:

" (I) participar da promoção, elaboração, monitoramento e avaliação em âmbito Municipal das políticas públicas destinadas à efetiva promoção dos direitos LGBTs (...) e (II) fomentar a igualdade de direitos e garantir o exercício da cidadania através da participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Município".

A iniciativa conta com instituições públicas, como: a Secretaria Municipal do Turismo, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal da Saúde, Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis, entre outros, juntamente a membros e instituições da sociedade civil organizada, como: a GAPA (Grupo de Prevenção a AIDS), a ADEH (Associação em Defesa do Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade), a Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil, etc.

Apesar do apoio executivo da prefeitura de Florianópolis apresentar-se extremamente vanguardista e do louvável esforço da Comissão CMDLGBT, ainda há um longo caminho a ser percorrido para o atendimento.

Um exemplo é o do chamado "ambulatório trans" (<https://www.nscotal.com.br/noticias/primeiro-ambulatorio-para-pessoas-trans-em-sc-completa-um-mes-de-atendimento-na-lagoa-da> acesso em 19 de fevereiro de 2021), o atendimento focado em travestis e transexuais pelo SUS que ocorre às segundas-feiras à noite no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição. O enfoque principal dos médicos do CS da Lagoa é no tratamento hormonal dos pacientes, porém, a grande discussão em torno da iniciativa é de que, uma vez mais, o público trans fica relegado à noite (o atendimento se dá das 18h às 21h) e restrito a apenas um posto de saúde em todo o estado. Além disso, usuários como Lirou Fonseca confessam a dificuldade:

"os demais postos de saúde (que), por falta de preparo de seus funcionários, rejeitam atendimento às transexuais e travestis, alegando que o posto da Lagoa é o único que oferece este serviço. Além de inconstitucional, essa atitude possui consequências negativas no atendimento à saúde da população, que acaba por sobrecarregar o ambulatório da Lagoa. Qualquer médico ou clínico geral possui capacidade para receitar hormonioterapia, o que agilizaria o atendimento dos postos de saúde em geral e não sobrecarregaria apenas um posto" (GODOY, 2017, p 29).

Florianópolis, sem sombra de dúvidas, é uma das capitais brasileiras que mais se empenhou em publicizar, ao longo de anos, sua fama "gay-friendly". Além disso, foi pioneira ao aprovar, há mais de uma década, a lei ordinária municipal Nº 7961/2009, que dispõe: "(...) sobre a promoção e o reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências."

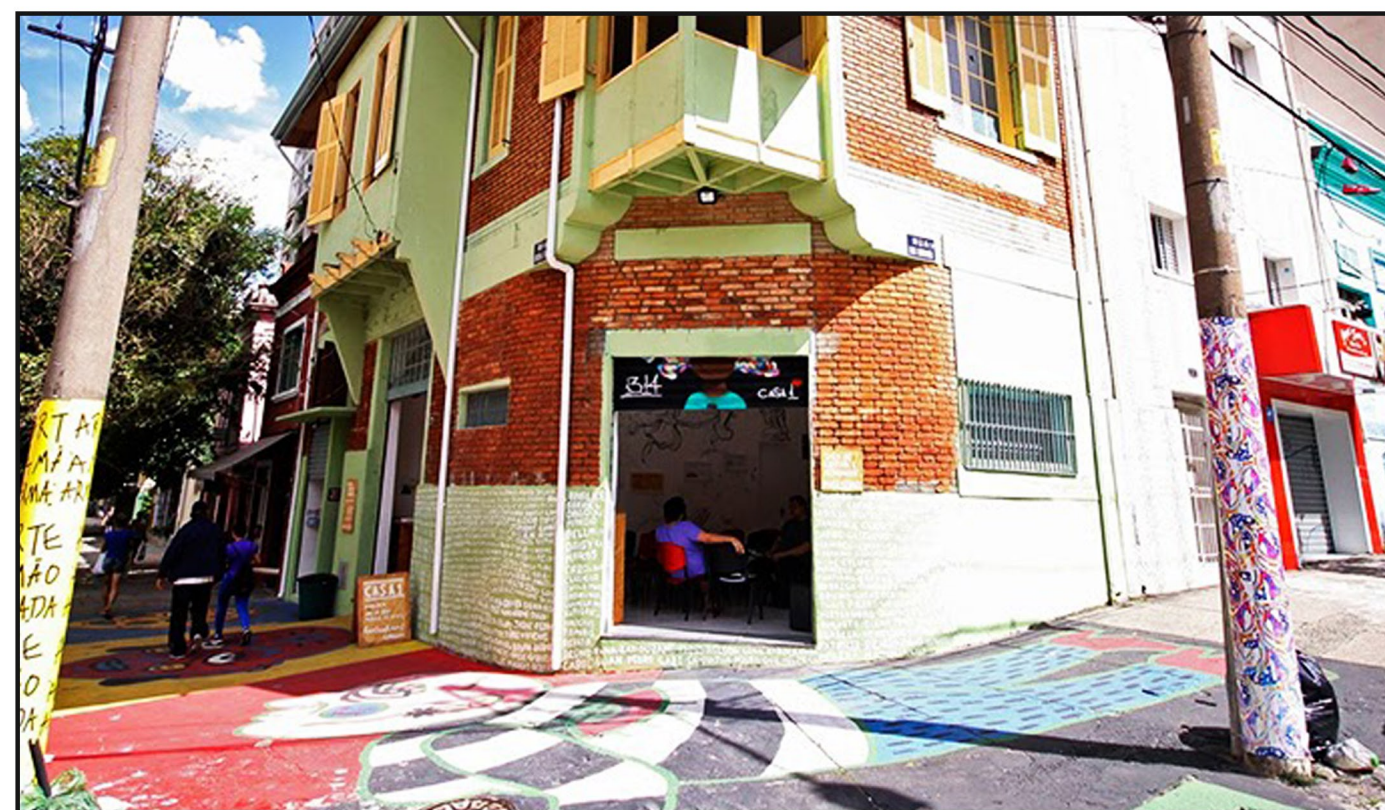
Contudo, apesar de se destacar no panorama nacional, ainda está longe de ser uma cidade segura e inclusiva a todos os LGBTQIA+, afinal, em termos práticos, esse marketing está intrinsecamente conectado a uma classe específica: a de homens, gays e de elevado potencial econômico. Baladas, restaurantes, hotéis e até mesmo a Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Florianópolis são pensadas e executadas para esse público, ávidos consumidores da indústria local.

Entretanto, as políticas públicas municipais têm o dever de não focar apenas nesse perfil de turista - o do "gay que dá dinheiro" - mas, principalmente, acolher de forma holística a sigla LGBTQIA+ na cidade. Afinal, é o gay sem escolaridade completa, é a lésbica sem capacitação profissional, é a trans que se prostitui como forma de renda, é a travesti que é espancada na rua, etc, que mais precisam do apoio e do poder de mudança das políticas públicas na cidade.

4. O exemplo da Casa 1

Muito do que é proposto neste trabalho de conclusão de curso é pautado no estudo de caso da entidade "Casa 1", localizada em São Paulo. A Casa 1 tem relevância nacional não por ser o primeiro exemplo e nem o maior exemplo (em número de acolhidos) de casa de acolhimento, mas sim pelo seu caráter único quanto a:

- 1) público (essencialmente jovens LGBTQIA+ maiores de 18 anos),
- 2) financiamento (100% das verbas da Casa 1 vêm de uma rede online de contribuições à instituição), e
- 3) modelo de funcionamento (a visão holística do apoio ao acolhido, desde a questão de moradia temporária, passando por: atendimento de saúde, capacitação profissional e integração à comunidade).



Fonte: Revista Cult (2017)

Localizada no centro da capital paulista, mais especificamente no bairro do Bela Vista, a Casa 1 é uma organização não governamental (ONG) fundada por Iran Giusti, Relações Públicas que, após inúmeras concessões de seu sofá para conhecidos e conhecidos-de-conhecidos, todos LGBTQIA+, que se encontravam em situação de vulnerabilidade, resolveu transformar a iniciativa em um projeto social estruturado. Hoje, a casa recebe cerca de 30 moradores temporários (o prazo máximo de estadia é de 2 meses) e conta, também, com uma clínica de saúde e o espaço "galpão" (misto de centro cultural e de capacitação, onde foca-se em integrar os moradores da Casa à comunidade do entorno).

Os bons exemplos da Casa 1 - como as diferentes vertentes do acolhimento pessoal: moradia, saúde e trabalho - serão replicados no projeto da Casa Florianópolis. Contudo, esperasse ultrapassar a barreira da improvisação no projeto (problema que aflige não só a Casa 1 como tantas outras casas de passagem pelo País) e utilizar as diversas normativas definidas pelo poder público (Plano Diretor, Manuais da Secretaria de Serviço Social, etc) como propulsores da proposta arquitetônica.

5. Estruturação

Uma vez esclarecida a importância da especificidade de uma casa de acolhimento voltada ao público LGBTQIA+, avalio, por meio dos estudos centenários do psicólogo americano Abraham Maslow (<https://educador360.com/gestao/piramide-de-maslow/>, acesso em 03 de fevereiro de 2021), de que o ato de acolher não apenas deve limitar-se a suprir as Necessidades Básicas de um indivíduo (Fisiológicas e Segurança), mas, também, as Necessidade Psicológicas, de forma que, juntas, possam fornecer todas as ferramentas ao(à) Acolhido(a) para alcançar suas Necessidades de Auto-realização de forma independente.

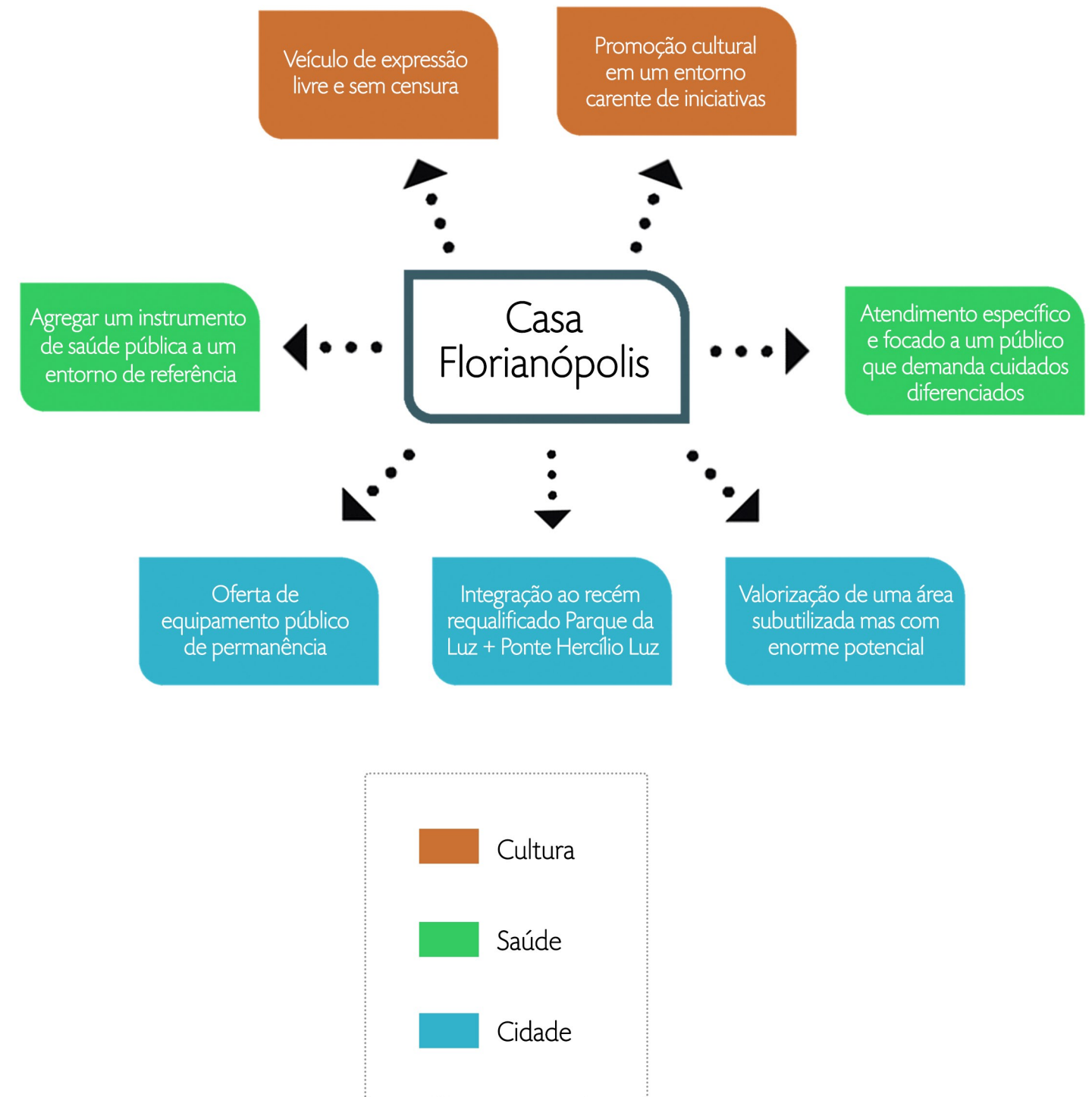
Quadro 1 - Tópicos referentes à Pirâmide de Maslow



Fonte: Central do Franqueado (2021).

Desta forma, proponho, para a Casa Florianópolis, a criação de dinâmicas independentes, mas conectadas, que supram (1) as Necessidades Básicas, isto é, a estrutura de apoio em si (quartos, cozinha, banheiros, etc), e (2) as Necessidade Psicológicas, contando com frentes voltadas à Saúde (atendimento médico e psicológico), à Cultura (educação teórica e prática, de qualificação profissional e social) e à Cidade (garantindo a integração completa do espaço e dos acolhidos com a comunidade).

Quadro 2- Dinâmicas na Escala da Cidade para a Casa Florianópolis

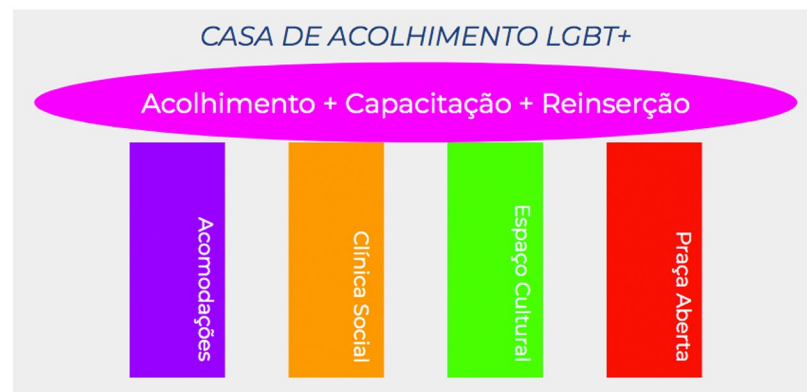


Fonte: autoria própria 2020

6. Diretrizes e Estratégias

Devido ao caráter plural do projeto e a necessidade do acolhimento (de fato, a palavra chave, o *motto* da concepção do espaço), a principal diretriz da Casa Florianópolis será o trabalho em cima de níveis de permeabilidade, ou níveis de "transparência". O projeto da Casa Florianópolis será pautado por 4 vertentes, ou 4 espaços distintos, que se complementam de maneira a acolher e reintegrar os moradores da melhor forma e da maneira mais holística possível: (1) espaço de moradia, (2) clínica de saúde, (3) espaço cultural e (4) praça aberta.

Quadro 3 - Pilares das Vertentes Supridas pela Casa



A ideia é que os ambientes demarquem diferentes situações de privacidade, garantindo não apenas o acolhimento e recolhimento dos moradores fragilizados mas que, também, promovam a capacitação e integração dessas mesmas pessoas com a sociedade num caráter profissional (médicos, professores, artistas) e num caráter pessoal/de lazer (moradores da comunidade e da cidade que se apropriam dos espaços públicos e são uma força motora no processo de re-inserção dos fragilizados na sociedade).

Quadro 4 - Graus de Permeabilidade Casa (I)

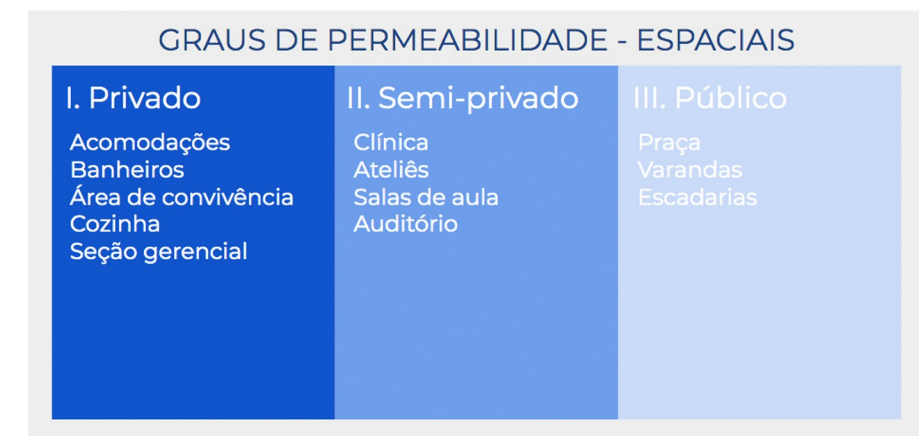


Desta forma, a estratégia é utilizar-se da concepção espacial do projeto para a exposição dos moradores a diferentes situações e vivências, em diferentes graus de exposição e intimidade; garantindo não somente o espaço como elemento de cura psico-social mas também o poder de controle aos acolhidos na escolha do nível de exposição (dependendo do quão confortável se encontram nos diferentes espaços e diferentes momentos de sua jornada na Casa).

Quadro 5 - Graus de Permeabilidade Casa (II)



Quadro 6 - Graus de Permeabilidade Casa (III)



De forma mais prática agora, a estratégia para concretizar, em termos de construção/volumetria, todas as diretrizes mencionadas acima se dará por meio de diferenciação de nível, trabalho do pé-direito, escolha de materiais, e da definição das aberturas.

O espaço de acomodações (I) será marcado pelo uso de aberturas mais reservadas, não necessariamente menores, pois espera-se maximizar a entrada de luz natural e garantir o sentimento de amplitude aos moradores; contudo, a angulação e os elementos construtivos garantirão privacidade aos espaços internos. Além disso, será utilizado um pé-direito padrão, garantindo sensação "de casa". Os materiais construtivos e os respectivos elementos projetuais (brises, varandas, etc) estarão de acordo com a tônica do volume, discreta e acolhedora.

Já a Clínica Social (II) e o Espaço Cultural (III) terão dinâmicas semelhantes, uma vez que espera-se tratar/capacitar/entreter não somente os moradores da Casa mas, também, a comunidade local. Serão privilegiados os materiais táteis e atrativos, o uso de aberturas generosas (nos espaços condizentes - como em áreas de exposição, áreas de permanência, ateliês, espaços de conscientização, etc) e também aberturas discretas (principalmente nas clínicas e salas de aula), pé direito amplo e soluções de integração interno-externo.

Por último, a Praça Aberta (IV) será o ambiente de maior integração entre moradores-comunidade-cidade, mesclando as escalas de vivência e garantindo o uso perene da estrutura.

7. Proposta

7.2 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO TERRENO

O terreno delimitado para o projeto da Casa Florianópolis levou em conta (além do aspecto político-social de estabelecer-se em um terreno de alta visibilidade e valor agregado - como forma de reafirmar e valorizar a presença de um equipamento público intrinsecamente LGBTQIA+) 3 diretrizes, em ordem: acessibilidade, viabilidade e coesão com o entorno. Os parâmetros elencados acima serviram como forma de "funil" para o estabelecimento do terreno final, já que cada etapa recortava um pedaço do todo, isso é, cada parâmetro definia um pouco melhor o que o anterior havia pré-estabelecido.

Primeiramente, o centro de Florianópolis é, sem sombra de dúvidas, o bairro mais bem conectado da cidade, seja por conta de suas pontes (mobilidade privada), seus três terminais de ônibus (o TICEN - transporte municipal e intermunicipal -, o Terminal Cidade de Florianópolis - transporte executivo municipal/intermunicipal - e o Terminal Rodoviário Rita Maria - transporte intermunicipal, interestadual e até mesmo internacional) e suas largas avenidas conectoras (como Av. Beira mar Norte, Av. Mauro Ramos, Av. Hercílio Luz, ...). Também conta com uma diversidade de usos: residenciais, comerciais, mistos, shoppings, praças, etc. Desta forma, desde o início do projeto ficou claro que um espaço como o da Casa Florianópolis deveria localizar-se, idealmente, no centro de Florianópolis.

Depois, a questão da viabilidade foi levantada: buscava-se um terreno que já fosse de propriedade pública (o terreno em questão é hoje um espaço remanescente da CELESC), de forma que (1) os trâmites de cessão do terreno - consultados previamente com o Dr. Wellington da Costa, atual Diretor de Gestão Patrimonial do Estado de Santa Catarina - fossem facilitados e que (2) também não houvesse construção preexistente, de maneira que evitasse a requalificação de uma estrutura prévia (afinal um *retrofit*, desde o início, não foi o intuito do projeto e, mais importante ainda, fazia-se questão da elaboração de um instrumento público de acolhimento "do zero", uma vez que a gigantesca maioria dos casos de espaços de acolhimento são adaptações de estruturas tradicionais (vide <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servlistagem&menu=> acesso em 2 de dezembro de 2020). Essa etapa acabou eliminando alguns terrenos interessantes na chamada região da Pedreira e também no entorno da Avenida Mauro Ramos - seja porque tratavam-se de terrenos privados ou por conta de construções preexistentes.

Mapa 4 - Levantamento dos pontos de direção



Por último, havia a intenção de coesão com o entorno, algum local que já houvesse um interesse nos serviços sociais e na saúde pública mas que, também, fosse ao encontro dos usos da estrutura, isto é, lazer e saúde. Tendo em vista a proximidade com ferramentas de saúde como a GAPA e a policlínica do centro, de segurança pública como o Comando Geral do Corpo de Bombeiros, do caráter de lazer recém fomentado por meio de obras e melhorias do Parque da Luz e da Ponte Hercílio Luz e, também, a intimidade no período noturno (ideal para o recolhimento dos acolhidos da Casa) do entorno, o terreno entre a Av. Beiramar Norte e a Rua Almirante Lamego foi considerado o ideal para o desenvolvimento da Casa Florianópolis.

7.3. NORMATIVAS DO PLANO DIRETOR

Mapa 5 - Classificação do Terreno frente ao Plano Diretor Municipal



De acordo com o Plano Diretor de 2014 (Lei Complementar n 482/14), vigente na cidade de Florianópolis, o terreno enquadra-se na categoria de AMC - Área Mista Central, o qual está definido, no parágrafo 3o, inciso IV da legislação como um terreno de "de alta densidade, complexidade e miscigenação, destinado a usos residenciais, comerciais e de serviços" (disponível em <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-florianopolis-sc> acesso em: 17 de novembro de 2020), classificação esta que é extremamente aderente aos objetivos pretendidos com a Casa Florianópolis.

7. Proposta

Com base nas normativas do plano diretor determinantes para o terreno da Casa Florianópolis, os seguintes quesitos são relevantes:

Tabela 1 - Descrição das Normativas da Lei Complementar n. 482/14

	nº máx de pavimentos	taxa de ocupação máx	taxa de impermeabilização máx	altura máx da fachada	coeficiente de aproveitamento
AMC 2.5	2	50%	70%	8/11	mín: 1/ máx: 3

Considerando as dimensões - especificadas abaixo no Mapa 6 - do terreno: 53m x 44,5m x 61m x 47m, totalizando, aproximadamente, 2500m², tanto a área (450m²) quanto a testada (12m) mínimas são respeitadas. Abaixo, os valores práticos de utilização do terreno em questão:

Tabela 2 - Aplicação no Terreno das Normativas da Lei Complementar n. 482/14

	nº máx de pavimentos	taxa de ocupação máx	taxa de impermeabilização máx	altura máx da fachada	coeficiente de aproveitamento
AMC 2.5	2	1250m ²	1750m ²	11m	7500m ²

Mapa 6 - Dimensões do Terreno da Casa Florianópolis



Fonte - tabelas 1 e 2 e mapa 6: autoria própria (2021)

8. Inspirações projetuais

Abaixo constam algumas obras já realizadas - no Brasil e mundo afora - que serviram como apoio e referencial para as decisões do partido arquitetônico da Casa Florianópolis. Seja por conta de dinâmicas de fluxos diferenciadas, uma implantação incomum no terreno ou até mesmo pelas decisões de projeto que resultam em uma visão do entorno fora do usual, as seguintes edificações são inspiradoras e permitiram inúmeros *insights* para a Casa.



MUBE - Paulo Mendes da Rocha

Inspiração de integração harmoniosa entre desníveis/espelhos d'água/aberturas e coberturas/brutalismo.



SESC Pompéia - Lina Bo Bardi

Referencial de conexão natureza-construção através de riacho ao longo do projeto, definindo fluxos e garantindo a sinestesia da água corrente.



Stedelijk Museum - Benthem Crouwel Architekten

Paisagismo que privilegia os momentos de estar e a integração transeunte-projeto

MAR - Bernardes + Jacobsen Arquitetura

Referencial de integração entre volumes e compatibilização de desencontros de pavimentos.



9. Programa de necessidades

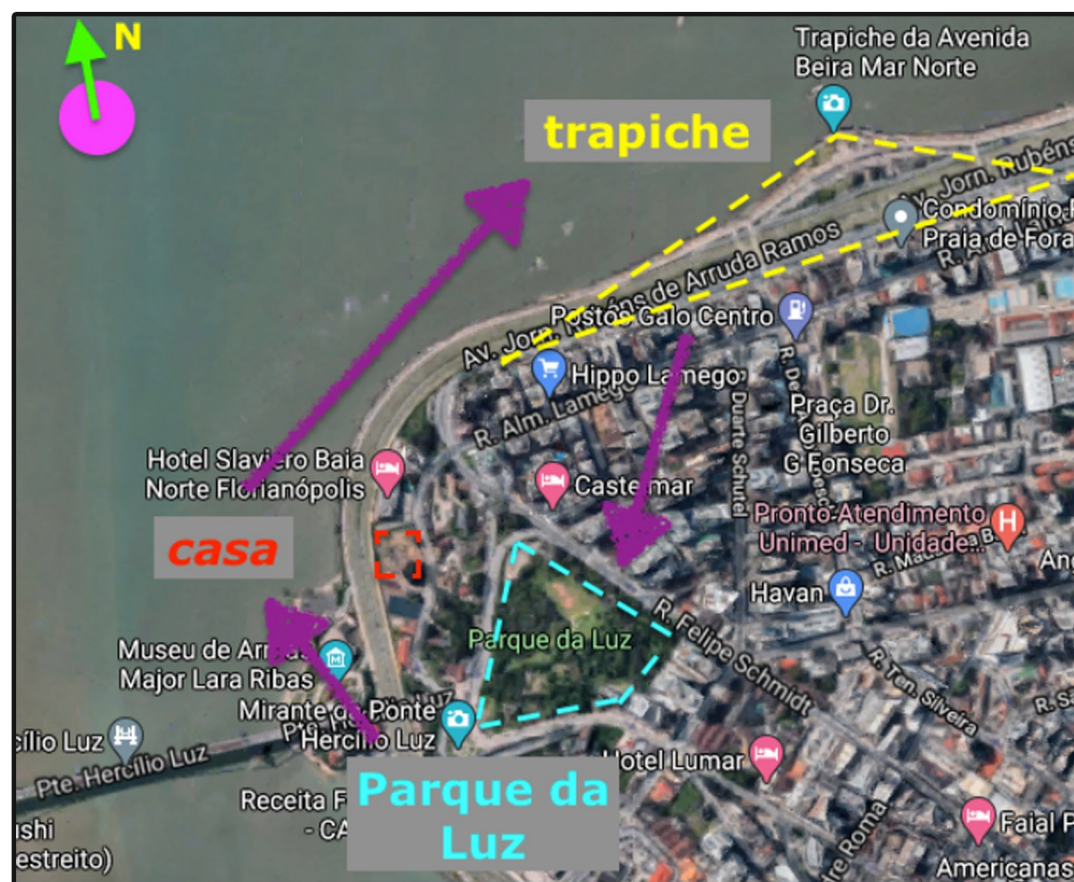
Como foi estabelecido ao longo deste documento, a abordagem da palavra **acolhimento** visa abranger não somente um espaço físico de morada temporária, mas uma seara de instrumentos físicos/sociais capazes de proteger, capacitar e reinserir esse moradores novamente na sociedade. Por isso, serão criados 4 espaços distintos e integrados no terreno da Casa Florianópolis:

- I. Praça Aberta (Térreo)
- II. Centro de Saúde (Térreo)
- III. Centro Cultural (Térreo)
- IV. Casa de Acolhimento (quartos/banheiros, cozinha, espaços comuns) (1º pavimento)

I. Praça Aberta

A Praça Aberta contará com espaços públicos e semi privados de permanência; cercada de verde e de mobiliário próprio. O intuito com o espaço é que a integração do volume exceda os limites do terreno e que a Casa sirva como instrumento urbano de permanência na escala da cidade, tornando-se um elemento conector entre as ambiências de lazer do Trapiche da Av. Beira Mar Norte e o recém reformado Parque da Luz.

Mapa 7 - Dinâmicas de Lazer no Entorno do Terreno



Fonte: mapa 7 - autoria própria (2021)

II. Centro de Saúde

O Centro de Saúde será um espaço que contará com atividades de enfermeiros, médicos e psicólogos durante o horário comercial, com o intuito de atender, preferencialmente, os acolhidos da Casa (levando em conta as particularidades e demandas do público LGBTQIA+) e, também, a comunidade em torno da Casa; garantindo a integração e "senso de pertencimento" ao espaço não somente dos acolhidos mas do bairro como um todo.

III. Centro Cultural

O Centro Cultural tem como objetivo solidificar o processo de reinserção dos acolhidos pela Casa Florianópolis por meio da participação em exposições e instalações (logo, uma experiência de convivência com a comunidade e a cidade como um todo) e, principalmente, por intermédio do auditório e das salas de aula/ateliês, onde terão a oportunidade de se capacitarem para o mercado de trabalho e/ou aprenderem um novo métier;

IV. Casa de Acolhimento

A Casa de Acolhimento propriamente dito ocorrerá no 1º pavimento da construção, uma vez que se tratará de um espaço privativo e de acesso restrito. Além dos quartos e banheiros compartilhados, haverá ambientes de convivência do grupo e espaços administrativos.

Legislação

Levando em conta a legislação vigente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, com base nos incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da lei nº 8742), a Casa Florianópolis é enquadrada numa "Casa de Passagem para Adultos", logo, a lei determina que a capacidade máxima de atendimento é de 40 acolhidos e que cada quarto não deve ultrapassar o número de 4 camas cada. Além disso, o período máximo de permanência é de 90 dias. A Casa Florianópolis prevê 6 quartos-padrão, de acomodação dupla e banheiro privado, além de mais um quarto 100% preparado para receber acolhidos PCD, totalizando 7 quartos e uma capacidade de 14 acolhidos por período.

10. Projeto

10.1. PARTIDO ARQUITETÔNICO

O partido arquitetônico visa ir ao encontro do programa de necessidades da forma mais econômica, ergonômica e visualmente aprazível possível. Levando em conta que trata-se de uma casa de acolhimento e capacitação ao público LGBTQIA+ (com as respectivos Centro de Saúde, Centro Cultural e Casa de Acolhimento), as palavras de ordem são: segurança, integração e refúgio.

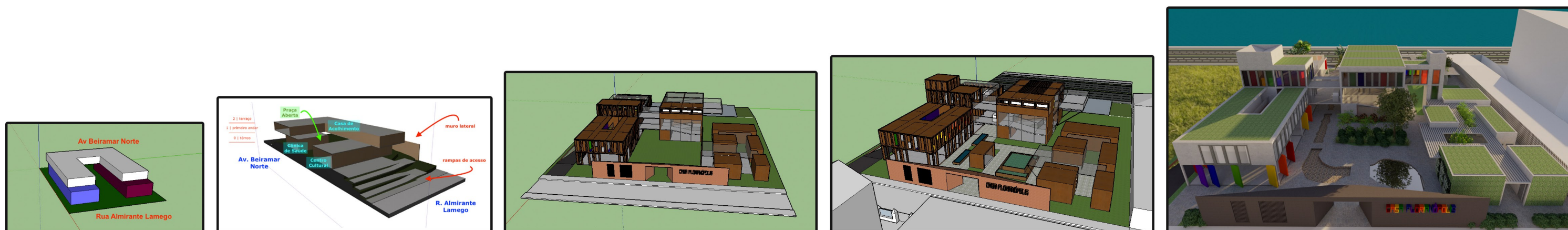
Desde o princípio, o formato em 'U' e uma vegetação portentosa foram os guias para a materialização das palavras de ordem no partido arquitetônico. É possível visualizar, claramente, a evolução e depuração de conceitos ao longo da transformação do partido em projeto final.

A proposta de edificação integrada porém separada, interligada contudo apartada por pontes e elevadores, é de que haja um aproveitamento da construção como elemento delimitador de vivências.

O Centro Cultural implanta-se no terreno de forma imponente, hospitaleiro, um verdadeiro laço entre a comunidade local e os acontecimentos públicos da Casa Florianópolis.

Também no térreo encontra-se o Centro de Saúde. De menor porte, a estrutura térrea e integrada à praça reforça as diretrizes de atendimento não somente dos acolhidos mas, também, da comunidade em geral, por isso o acesso privado e corredores ao ar livre - garantindo a anonimidade e o sigilo àqueles que frequentaram o espaço. Além disso, também no térreo, todo o restante do terreno torna-se a Praça Aberta da Casa Florianópolis, um espaço de lazer para toda a cidade, de vãos livres e generosos, convidando a passagem entre a Rua Almirante Lamego e a Avenida Beira Mar Norte.

Por fim, o último volume da construção é a Casa de Acolhimento. Por conta dos diversos argumentos defendidos ao longo deste trabalho a parte de habitação temporária se encontra no 1º pavimento do Projeto, resguardada. A forma de abraço (formato U) traduz o acolhimento psicológico desejado em forma de estrutura.



Evolução do Partido Arquitetônico - Fonte: autoria própria (2021)

10. Projeto



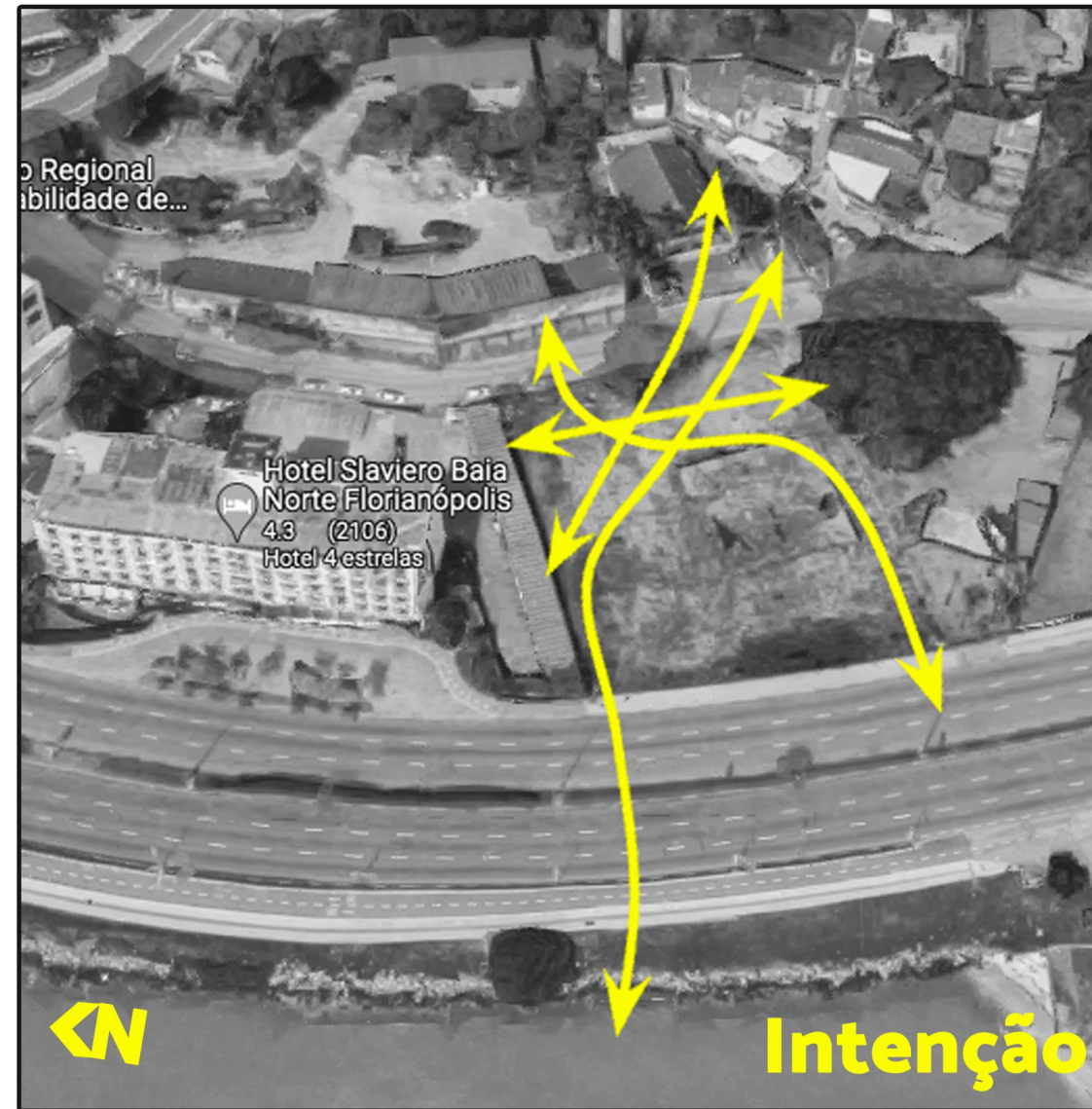
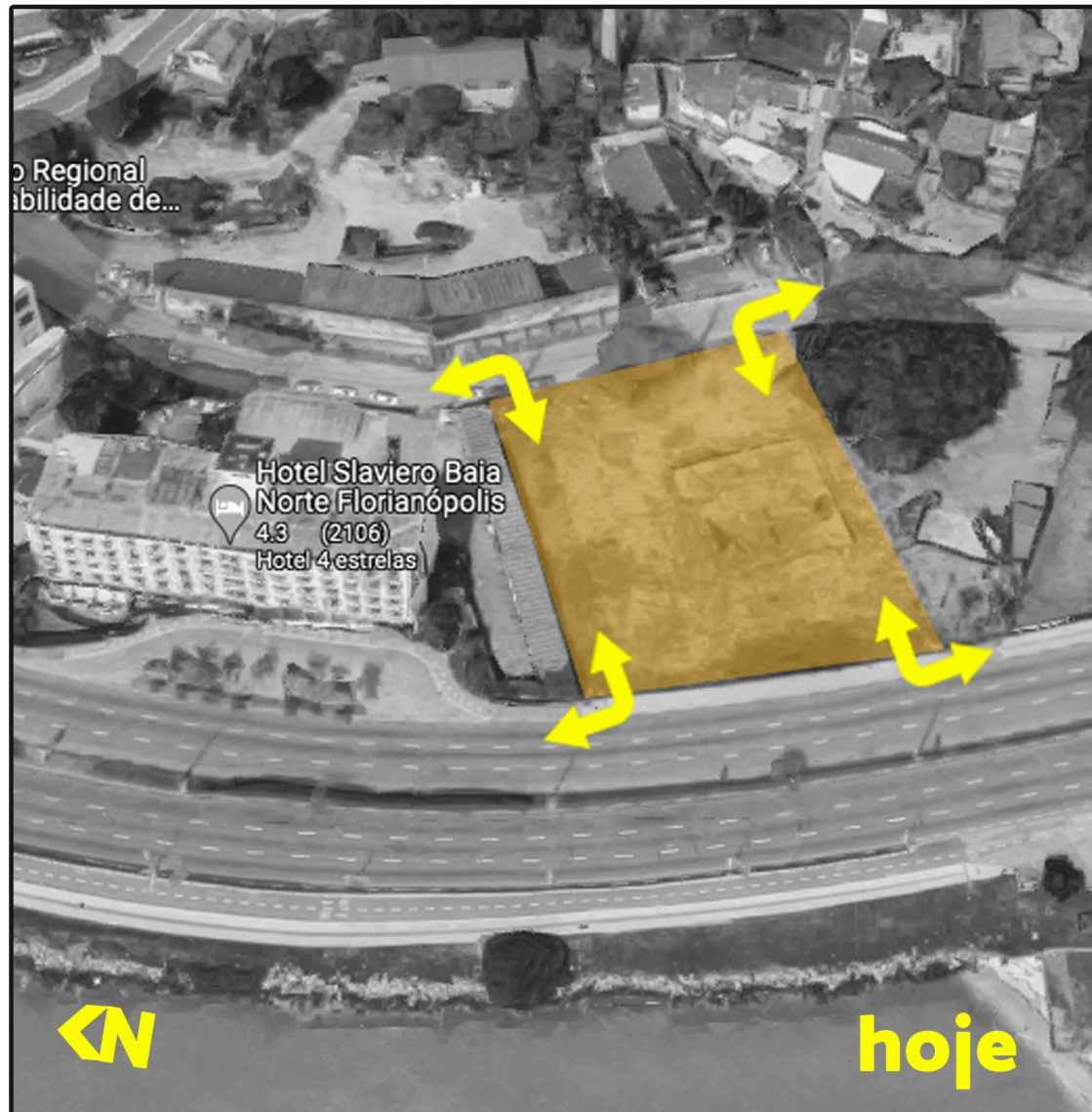
10.2. PARTIDO ARQUITETÔNICO - PAISAGÍSTICO FINAL

Ao lado, encontra-se o projeto arquitetônico-paisagístico final que materializa todos os conceitos estudados, debatidos e defendidos nas páginas acima. Através de incansáveis análises, modificações, testes e proposições, estruturou-se um projeto coeso e equilibrado, que extrapola sua função social-política ao tornar-se também ninho e refúgio para os acolhidos da Casa Florianópolis. Diagonalmente à função de abrigo, todas as demais ferramentas urbanas instaladas no espaço (praças, espelhos d'água, centro cultural e de saúde) tornam-se imãs para o restante da sociedade local, agindo, de certa forma, como elemento conector destas diversas vivências em um único espaço.

Os caracteres lúdicos do projeto se concretizam por meio do riacho/espelho d'água - que não somente traz o caráter recreativo da presença da água no espaço como, também, delimita caminhos e experiências dentro da Casa Florianópolis - e dos brises pivotantes, responsáveis por demarcar (de forma fluida) espaços temporários, trazer cor para a Casa de Acolhimento e, principalmente, contribuir para um jogo de fachada vida no projeto.



10. Projeto



10.3. FLUXOS E CONVERSÕES

hoje: o terreno, hoje fechado, possui poucas conexões com o entorno e apenas promove a conexão interna às ruas que contornam cada fachada - R. Almirante Lamego e Av. Beira Mar Norte, respectivamente; não incentivando o uso do espaço como elemento conector Beira Mar - Cidade e bloqueando a passagem de pedestres.

Intenção: com a abertura do espaço para a comunidade local e a definição de diferentes *boulevards* e passagens por entre os volumes da Casa Florianópolis, o terreno torna-se uma ferramenta conectora entre as fachadas e, consequentemente, da Beira-Mar com o restante da cidade.

11. Ambiência

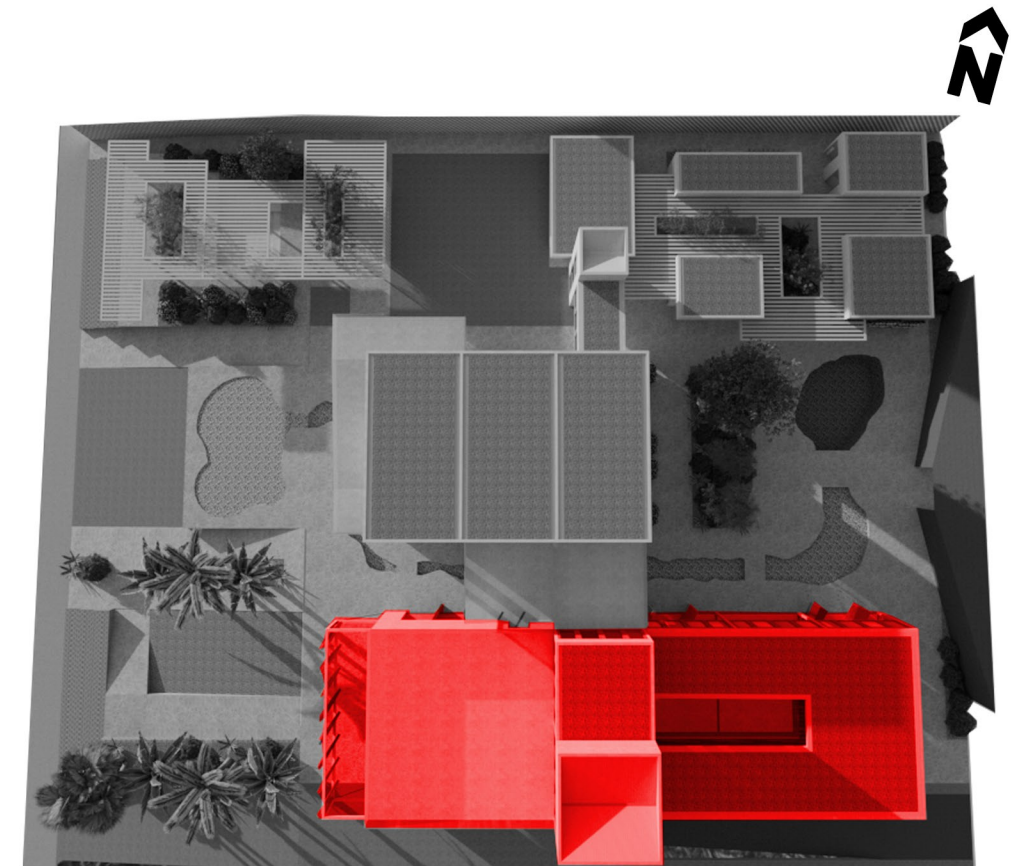
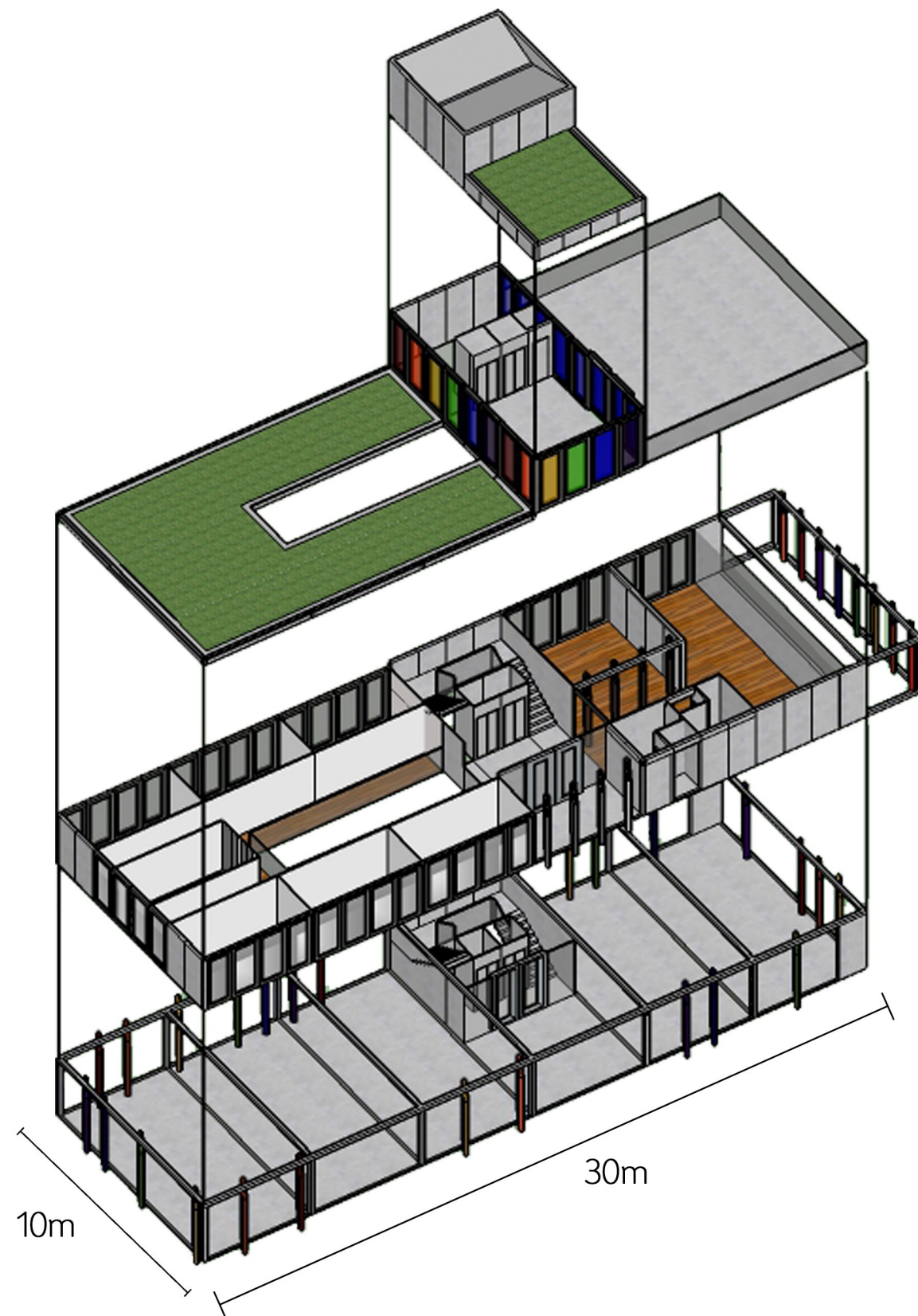


PLANTA BAIXA

Metragem
do terreno
2.500 m²

Metragem
construída
1.200 m²

11. Ambiências

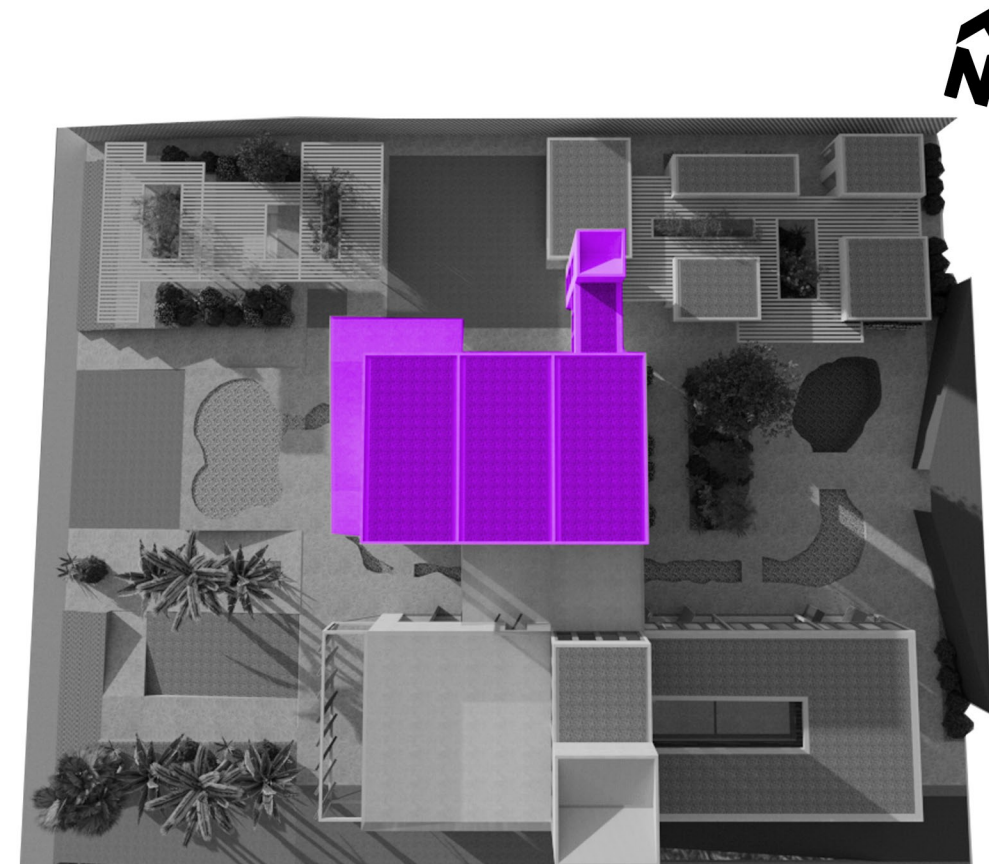
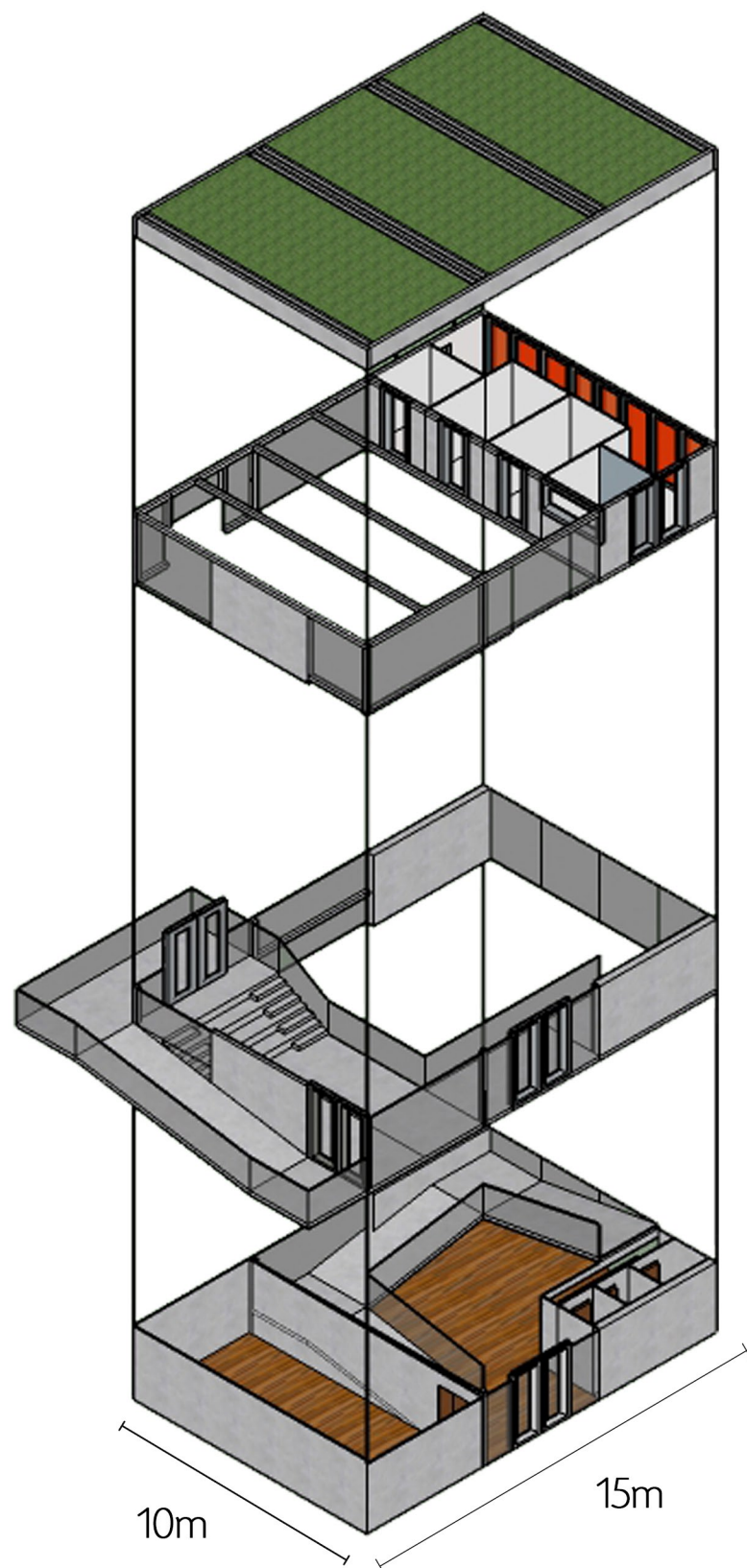


11.1. Casa de Acolhimento

Espaço central do projeto da Casa Florianópolis, define a permanência dos acolhidos num espaço integrado e reservado, propício para a reabilitação e reinserção social. Privilegiou-se o uso de janelas espelhadas, quartos compartilhados (gerando interação) e integração com o exterior (varandas, terraços e corredor aberto para um vão central).

Além disso, no térreo do projeto criou-se um espaço coberto de uso público para manifestações culturais, prática esportiva e demais formas de encontros sociais.

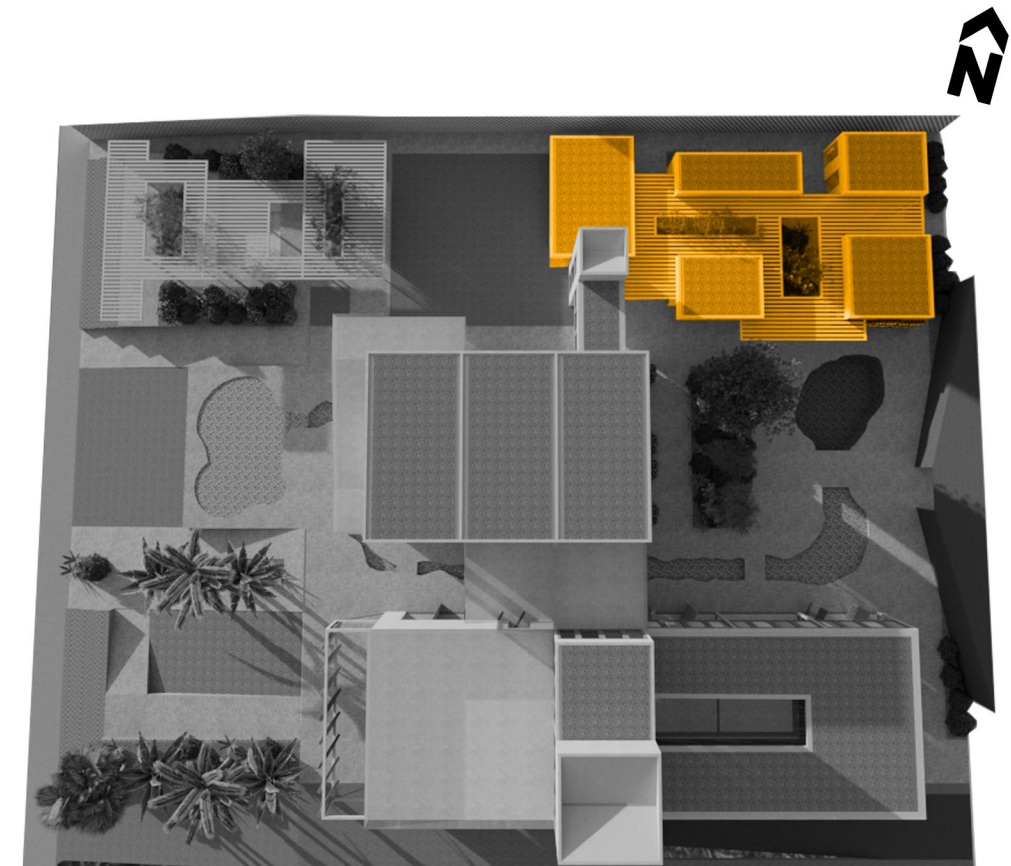
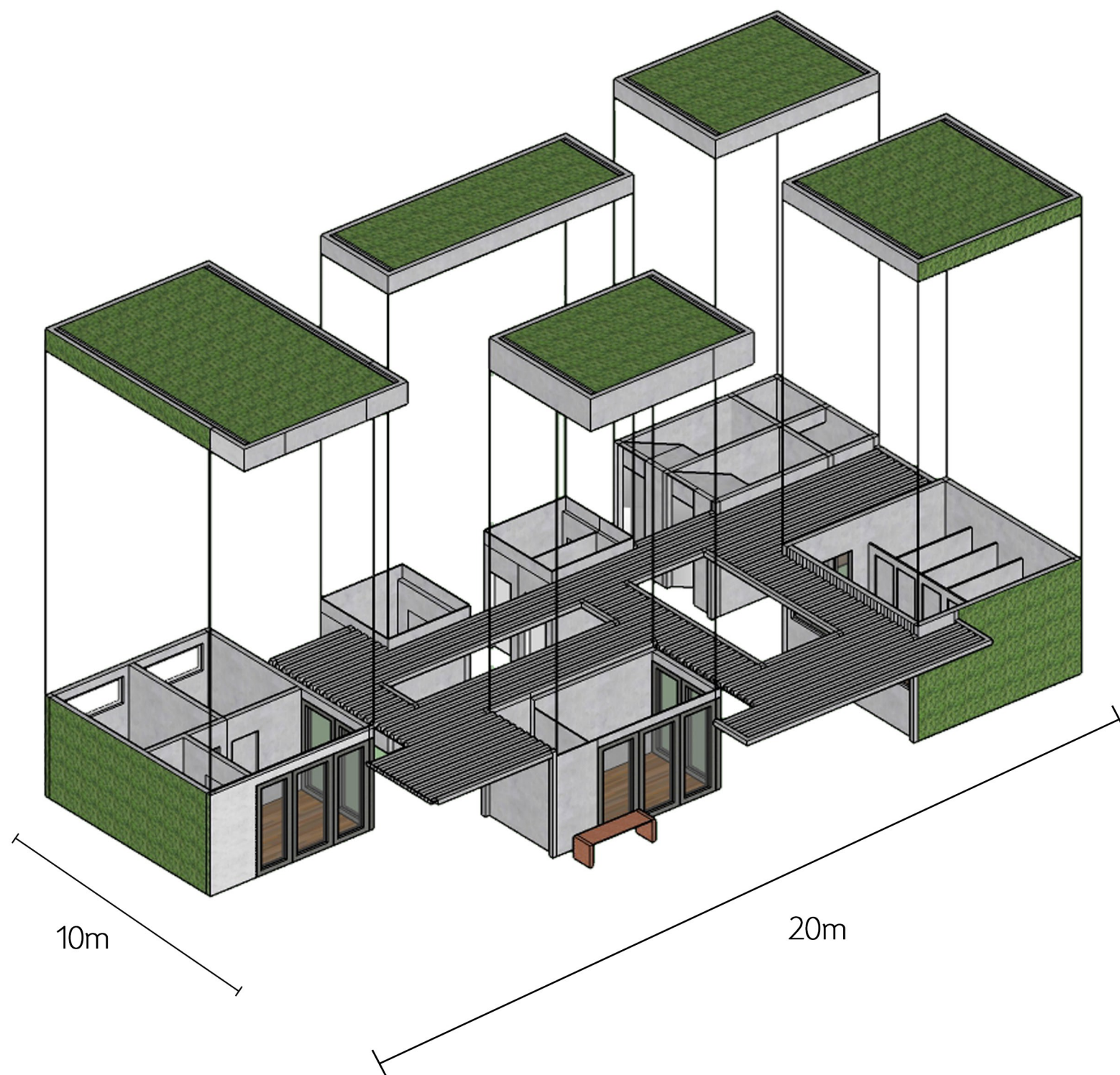
11. Ambiências



11.2. Centro Cultural

É a materialização da convergência cultural para a comunidade e da oportunidade de capacitação profissional para os acolhidos. Dissemina-se o fator cultural por todo o projeto através das largas rampas e grandes janelas do espaço, além de promover a educação e o ensino formal nas salas de aula (no 2º pavimento) e no auditório. Além disso, um espaço de arquibancada livre é um convite à convivência entre os frequentadores do local.

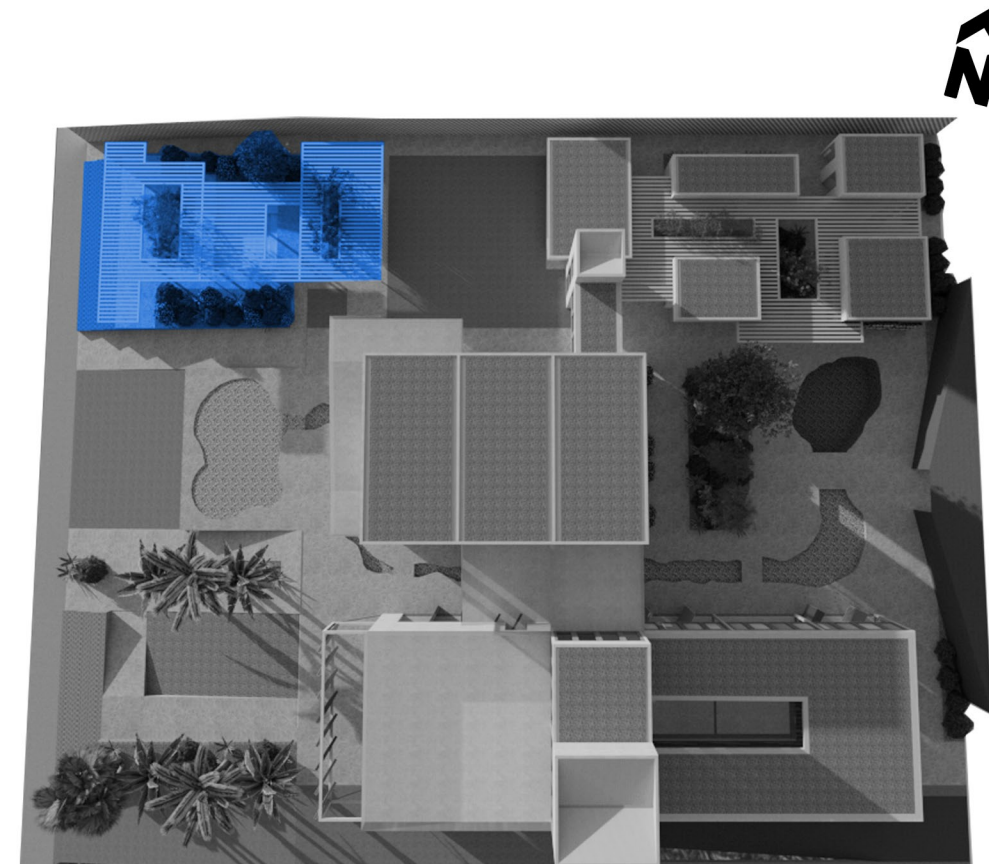
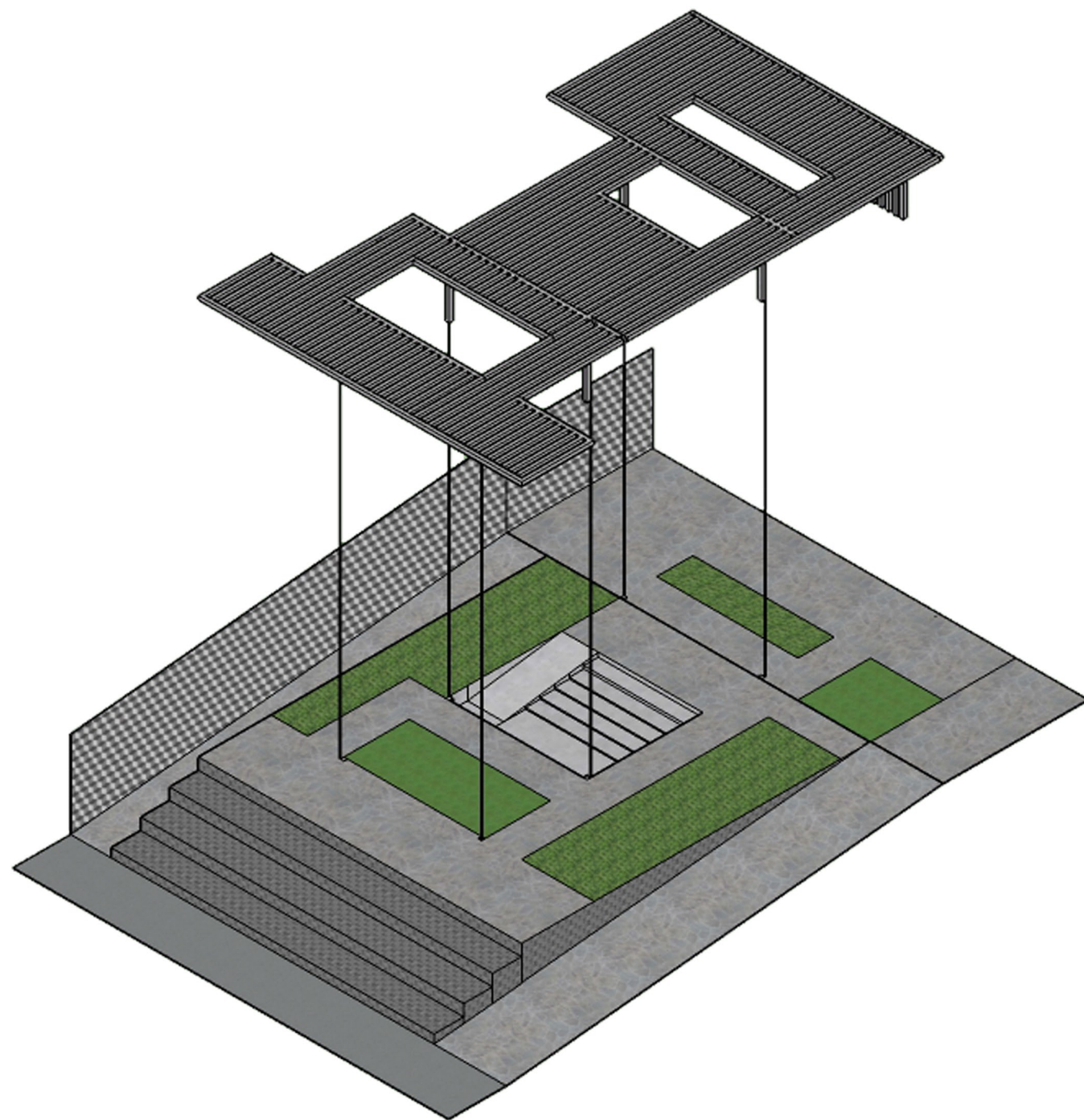
11. Ambiências



11.3. Centro de Saúde

Instrumento público complementar à visão de cuidado para com os acolhidos da Casa Florianópolis, estende-se por alguns blocos conectados por pergolado e paisagismo próprio. Contando com clínica médica, espaço psicoterapêutico, banheiros e atendimento de enfermagem, possui diversos acessos e passagens, de forma a garantir o fluxo anônimo de pacientes e integrar-se ao projeto em grande escala.

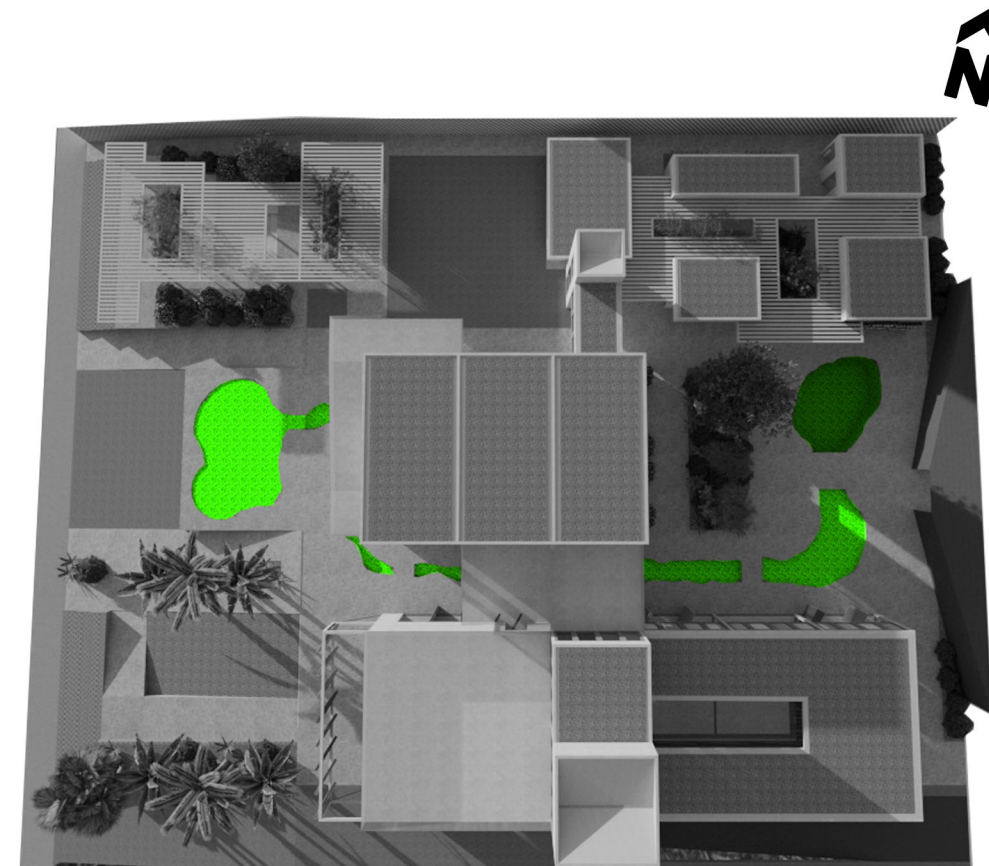
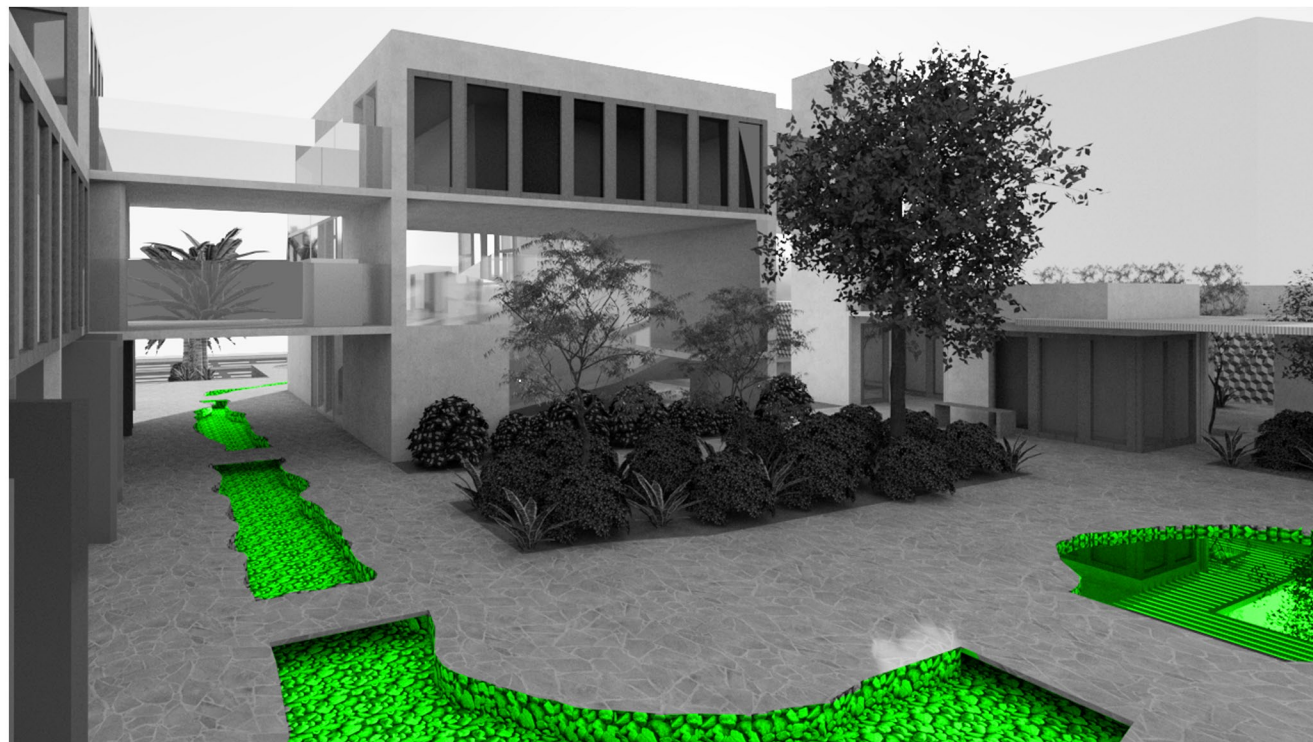
11. Ambiências



11.4. Pergolado - Arquibancada

É o espaço coberto dos jardins da praça aberta, garantindo permanência dos transeuntes em dias ensolarados e criando ambiências de estar cobertas e rodeadas pela natureza. Abriga, também, uma arquibancada externa, propícia para manifestações culturais.

11. Ambiências



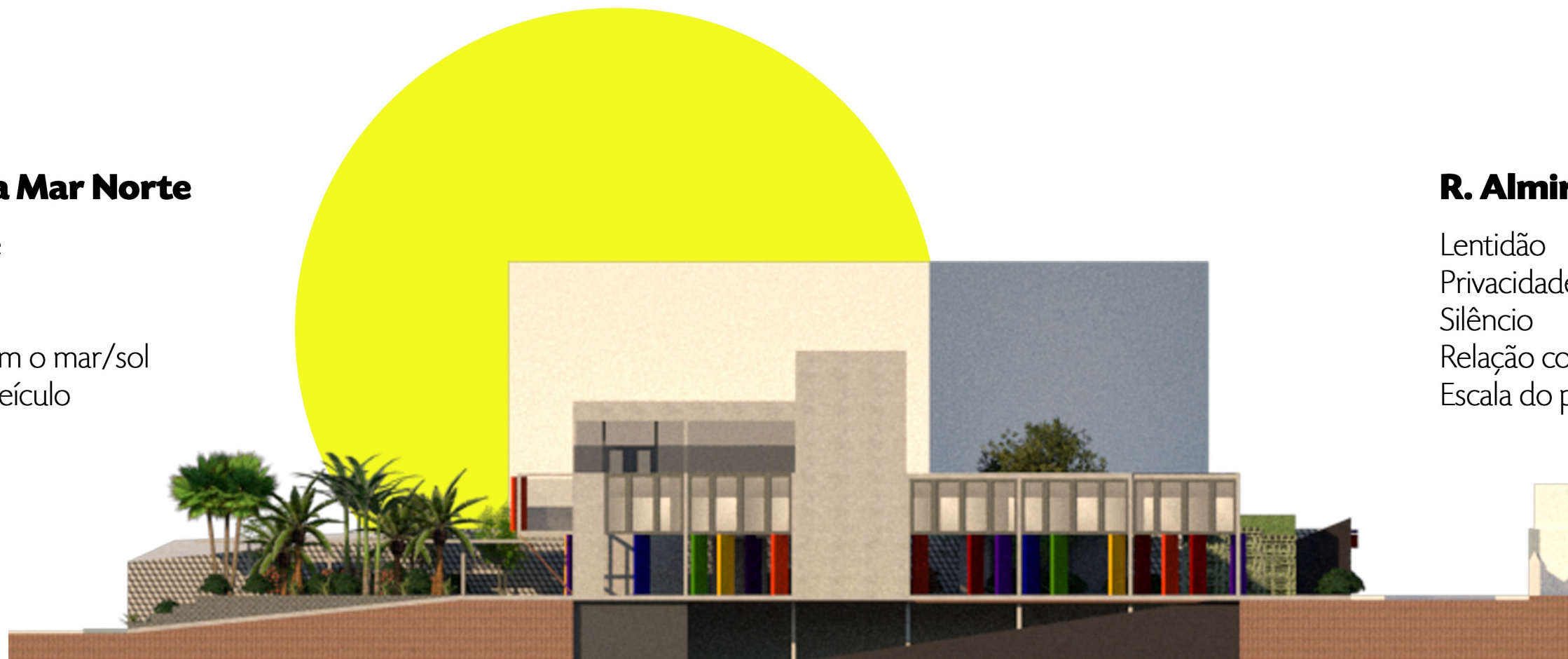
11.5. Riacho - Espelho D'água

É a alma sinestésica da Casa Florianópolis, delimitando caminhos, conectando espaços. Através de uma corrente moderada porém frequente de água, traz a natureza da Beira Mar e do restante da cidade para dentro do terreno, além de, no caso do Espelho d'água, servir como espaço de lazer em dias quentes.

12. Vista lateral

Av. Beira Mar Norte

Velocidade
Exposição
Ruídos
Relação com o mar/sol
Escala do veículo



R. Almirante Lamego

Lentidão
Privacidade
Silêncio
Relação com cidade/árvores
Escala do pedestre

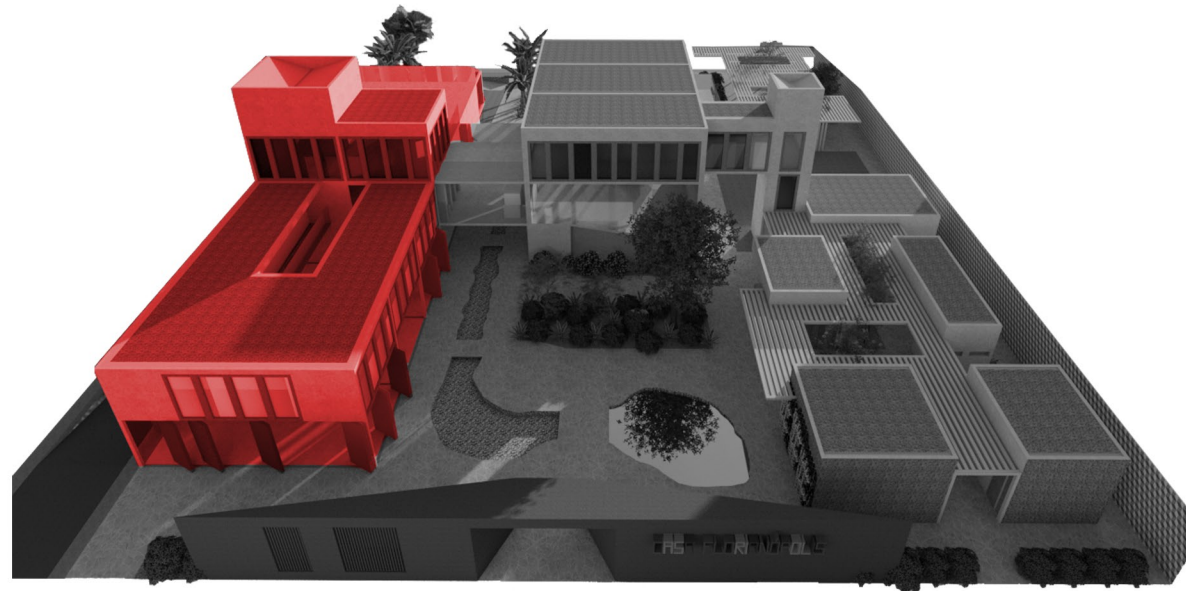
Vista lateral

A dinâmica com o entorno fica evidente no vista ao lado, onde a edificação se aproveitará da declividade suave do terreno (o desnível entre a Rua Almirante Lamego e a Av. Beira Mar Norte é aproximadamente 3 metros) para se estabelecer como caminho de passagem entre as duas vias e, também, como ponto de permanência com interessância visual.

Toda a edificação foi projetada em torno da dicotomia entre as duas fachadas do terreno: a da Avenida Beira Mar Norte - de espaço aberto e devassado, forte conexão com o mar e costeado por uma avenida larga e de rápida circulação - e a da Rua Almirante Lamego - de circulação lenta, privilegiando o pedestre, com muitas árvores e com certa privacidade. Desta forma, diversos elementos (como o riacho/espelho d'água, brises, pergolados e coberturas) arquitetônicos criam uma experiência de transição ao longo do terreno para trazerem o transeunte para a escala do projeto.

13. Persepectivas espaciais

Casa de Acolhimento



visão circulação vertical e varandas



corredores dos quartos e vão interno

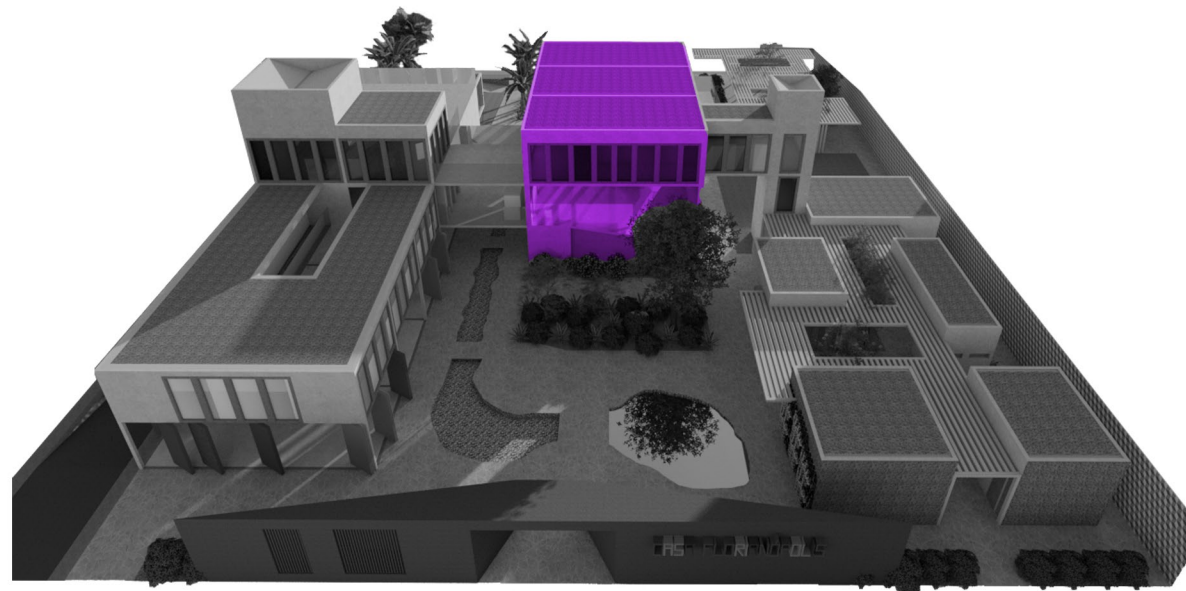


brises e sala com vista para a Beira Mar



13. Perspectivas espaciais

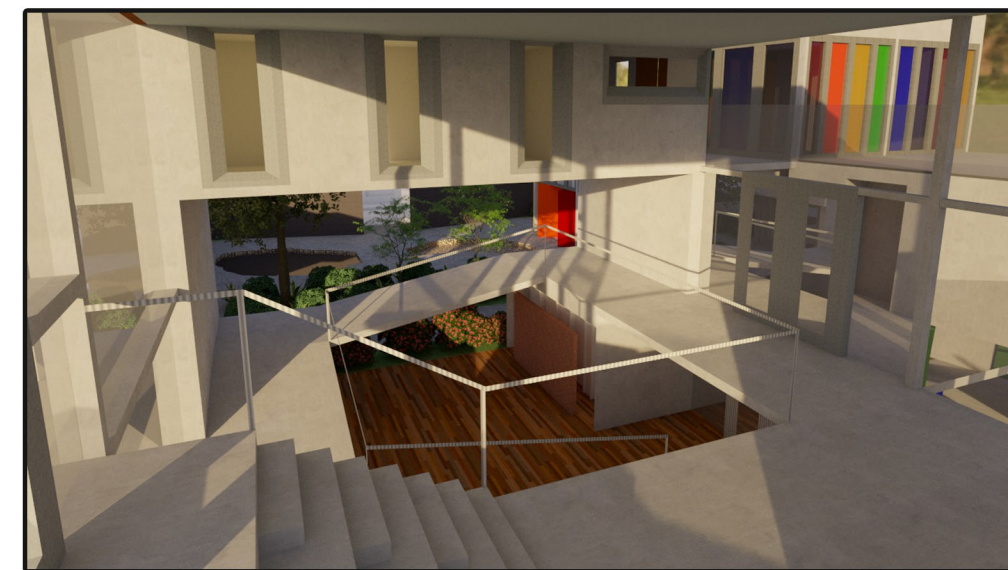
Centro Cultural



visão geral Centro Cultural + praça



Centro Cultural e entorno

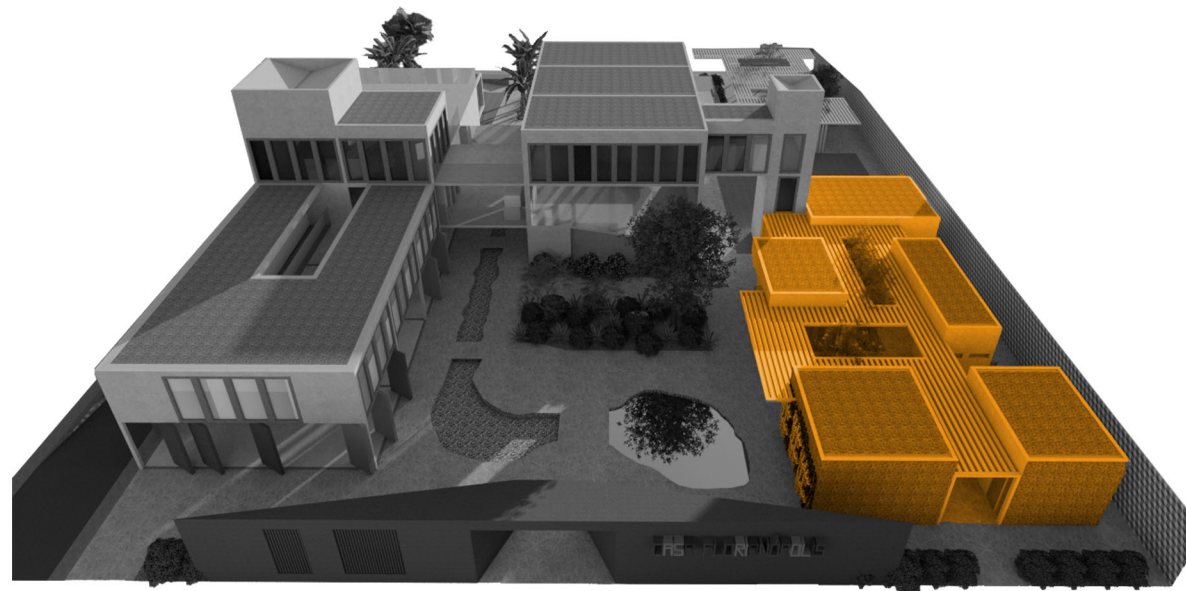


dinâmica interna / rampas



13. Perspectivas espaciais

Centro de Saúde



jardim interno + dinâmica pergolado



entrada / circulação do Centro de Saúde

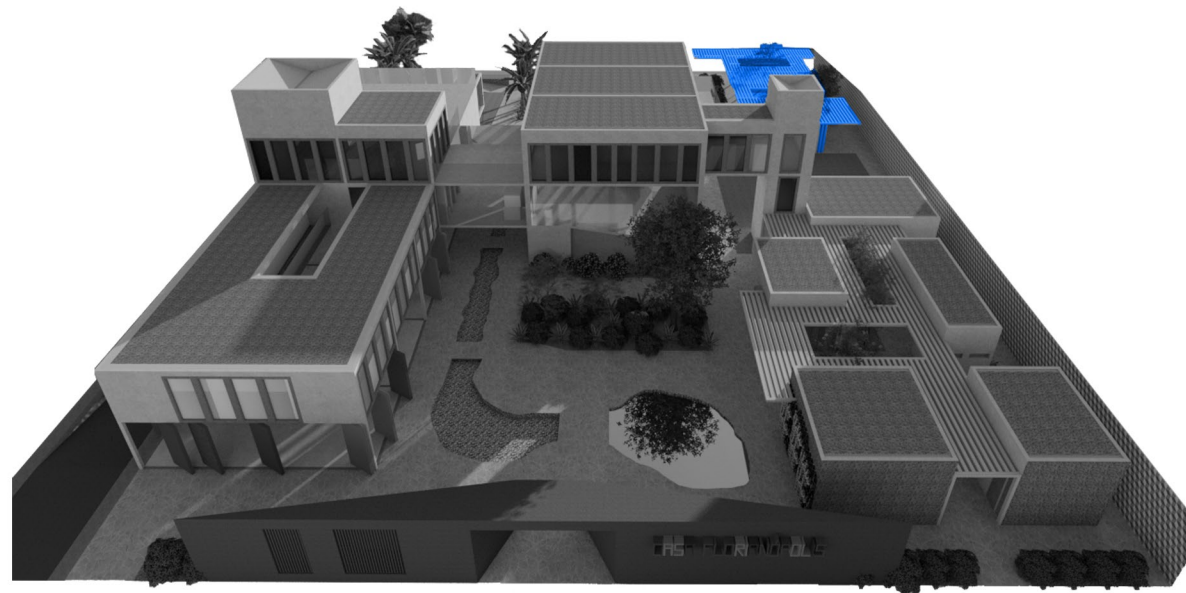


acesso aos consultórios e jardins



13. Perspectivas espaciais

Pergolado - Arquibancada



vista Beira Mar e acesso ao Pergolado - Arquibancada



dinâmica Pergolado - Arquibancada e jardins

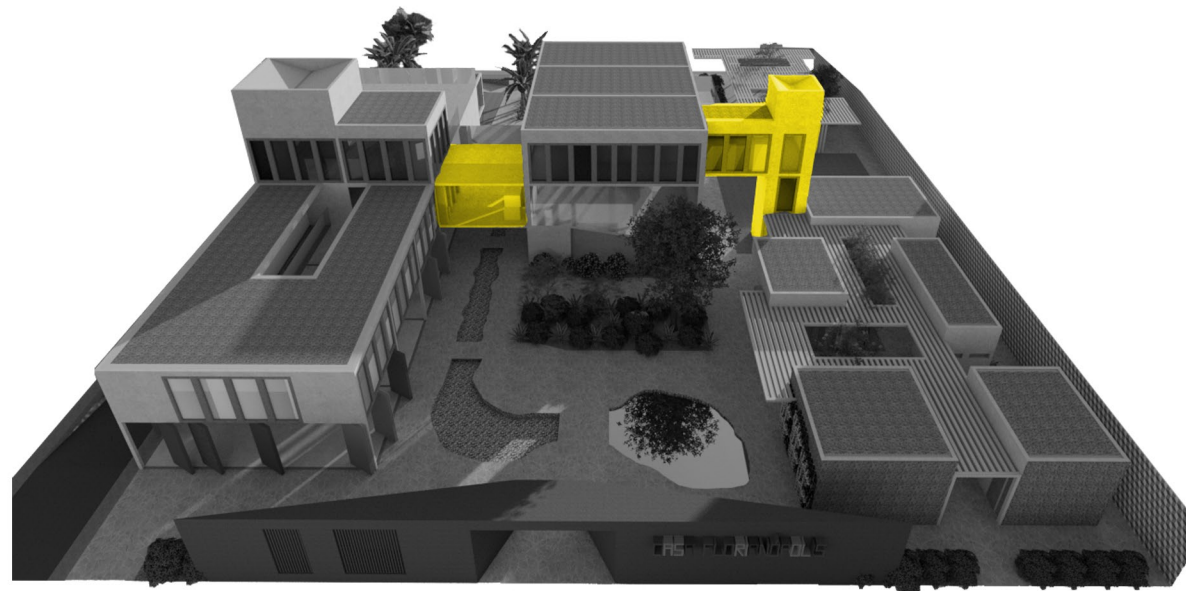


visão geral Pergolado - Arquibancada e praça de convivência



13. Perspectivas espaciais

Circulação



dinâmica praça e elevador panorâmico



varandas: circulação e permanência



contexto geral circulação



14. Bibliografia

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (2009). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da lei nº 8742, 2009.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE - Quito - 2006 - p. 02-03.

NOGUEIRA. Sayonara. "A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans". Aracaju, 2017.

BENTO, Berenice. "A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual". Rio de Janeiro, 2006.

MULLER, Cristina B. "Cidade para quem?: O Centro de Florianópolis e a População LGBT". Florianópolis, 2018.

GUEDES, Maria Eunice F. "Gênero, o que é isso?". São Paulo, 1995.

Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2021. Disponível em: «<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cmdlgbt/index.php?cms=cmdlgbt&menu=0>». Acesso em: 24/02/2021.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório Anual de Mortes LGBTQI+. Poder 360, 2019. Disponível em: «<https://static.poder360.com.br/2021/05/Observatorio%20de%20Mortes%20Violentas%20LGBTI-13mai2021.pdf>». Acesso em: 13/05/2021.

O Globo, 2021. Disponível em: «<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/brasil-fecha-2019-como-o-pais-com-mais-mortes-de-travestis-e-transsexuais-revela-associacao.html>». Acesso em: 26/02/2021.

NSC, 2021. Disponível em: «<https://www.nsctotal.com.br/noticias/primeiro-ambulatorio-para-pessoas-trans-em-sc-completa-um-mes-de-atendimento-na-la-go-da>». Acesso em: 19/02/2021.

Abraham Maslow, 2020. Disponível em: «<https://educador360.com/gestao/piramide-de-maslow/>». Acesso em: 03/02/2021.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: «<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servlistagem&menu=>». Acesso em: 02/12/2020.

Plano Diretor de 2014 - Lei Complementar n 482/14. Disponível em: «<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-florianopolis-sc>». Acesso em: 17/11/2020.

Universa Uol, 2020. Disponível em: «<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-terminos-cis-trans-binario.htm>». Acesso em: 28/01/2020.

Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: «https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_vers%C3%A3o_interativa.pdf». Acesso em: 01/02/2020.

Politize, 2020. Disponível em: «<https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/>». Acesso em: 04/02/2020.

Catraca Livre, 2020. Disponível em: «<https://catracalivre.com.br/cidadania/glossario-lgbtqia-entenda-cada-letra-da-sigla-e-terminos-comuns/>». Acesso em: 06/02/2020.

Educa+ Brasil, 2020. Disponível em: «<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>». Acesso em: 08/02/2020.

El País, 2020. Disponível em: «https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/17/estilo/1474075855_705641.html». Acesso em: 09/02/2020.

Scielo, 2020. Disponível em: «http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517#B1». Acesso em: 09/02/2020.

Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: «<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>». Acesso em: 10/02/2020.

Casa Vogue, 2020. Disponível em: «<https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2020/06/fora-de-casa-vida-dos-lgbtis-expulsos-pela-familia-e-acolhidos-nas-ruas.html>». Acesso em: 10/02/2020.

A Geografia dos Corpos, Rede Trans Brasil, 2020. Disponível em: «<http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>». Acesso em: 11/02/2020.

Correio Braziliense, 2020. Disponível em: «<http://especiais.correiobraziliense.com.br/receber-cuidados-medicos-e-desafio-para-transsexuais>». Acesso em: 10/02/2020.

Casa Um, 2020. Disponível em: «<https://www.casaum.org/artigo-como-projetar-uma-casa-de-acolhida-lgbt/>». Acesso em: 12/10/2020.

Leis Municipais, 2021. Disponível em: «<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2009/797/7961/lei-ordinaria-n-7961-2009-dispoe-sobre-a-promocao-e-o-reconhecimento-da-liberdade-de-orientacao-pratica-manifestacao-identidade-preferencia-sexual-e-da-outras-providencias-2017-01-20-versao-compilada>». Acesso em: 02/03/2021.

Central do Franqueado, 2020. Disponível em: «<https://centraldofranqueado.com.br/blog/piramide-maslow/>» Acesso em: 03/03/2020.

Revista Cult, 2021. Disponível em: «<https://revistacult.uol.com.br/home/casas-comunitarias-acolhem-pessoas-lgbt-expulsas-de-casa>» Acesso em: 03/03/2021.

Archdaily, 2020. Disponível em: «<https://www.archdaily.com.br/br/01-108254/mar-museu-de-arte-do-rio-bernardes-jacobsen-arquitetura>». Acesso em: 09/02/2021.

Archdaily, 2020. Disponível em: «<https://www.archdaily.com.br/br/626025/praca-das-artes-brasil-arquitetura>». Acesso em: 02/12/2020.

Archdaily, 2020. Disponível em: «<https://www.archdaily.com/894042/shelter-for-victims-of-domestic-violence-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>». Acesso em: 02/12/2020.

Archdaily, 2020. Disponível em: «<https://www.archdaily.com.br/br/01-59480/classicos-da-arquitetura-masp-lina-bo-bardi>». Acesso em: 09/02/2021.

Archdaily, 2020. Disponível em: «https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19o41-53-n?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects». Acesso em: 02/12/2020.

Plano Diretor. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2020. Disponível em: «www.geo.pmf.sc.gov.br». Acesso em: 17/11/2020.

Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2020. Disponível em: «http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.24.58.53eb9fd0810ac45a1b8db9baab42f686.pdf». Acesso em: 17/11/2020.